



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ALANA LIMA DE ANDRADE SIQUEIRA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA ESCOLA: UM
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

**RECIFE
2026**

ALANA LIMA DE ANDRADE SIQUEIRA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA ESCOLA: UM
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, como requisito para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia, orientada pelo(a) Prof: Dra: **Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim**

RECIFE

2026

FOLHA DE APROVAÇÃO**ALANA LIMA DE ANDRADE SIQUEIRA****DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA ESCOLA: UM
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

Data da Defesa: 30/junho/2026

Horário: 8:00 horas

Local: Sala: 10B-Bloco B -DEd- UFRPE

Banca Examinadora:

Prof. Orientador(a) Dra. Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim

Prof.^a Dra. Fabiana Wanderley de Souza Moreira

Profa. Ms. Margarete Cordeiro Costa Enes

Resultado: (**X**) Aprovado/a

() Reprovado/a

FICHA CATALOGRAFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi - CRB-4 809

S563d Siqueira, Alana Lima Andrade de.
Desafios e possibilidades da deficiência múltipla na escola: um levantamento bibliográfico / Alana Lima Andrade de Siqueira. – Recife, 2026.
114 f.

Orientador(a): Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Pedagogia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Múltipla deficiência sensorial. 2. Educação inclusiva.
3. Estudantes com deficiência. 4. Pessoas com deficiência - Orientação e mobilidade 5. Acessibilidade ao meio físico .
I. Amorim, Maria do Rosário de Fátima Brandão de, orient.
II. Título

CDD 370

Dedicatória

Quero Dedicar esse trabalho primeiramente em Memória para a minha Mãe Biológica (*in memorian*) Edjane Pereira de Lima, que enquanto vida foi a pessoa que falei por telefone que se passasse no curso de Pedagogia a mesma seria a primeira pessoa que eu ligaria para dar a notícia, e infelizmente não consegui, pois a mesma já não estava entre nós.

A queridíssima educadora Fabiana Silva (*in memorian*) que era maravilhosa que defendia a educação firmemente mesmo com todas às dificuldades.

E a mais importante de todas a Alana criança que nem sonhava que um dia ela chegaria onde está, onde a vida junto com as pessoas (por falta de conhecimento lhe colocaram obstáculos naquele tempo) mas mesmo assim ela enfrentou todos com seu esforço e perseverança mesmo com seus limites. E hoje posso afirmar que consigo tudo na base do meu esforço.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me dado mais de uma chance de vida, pois se não fosse ele eu não estaria chegando no fim desta etapa acadêmica. mesmo com meus problemas neurológicos como: Epilepsia, Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Dislexia e Catalepsia consegui terminar a minha graduação.

Minha avó/ mãe Maria do Carmo que me criou, me educou perfeitamente e sempre fez com que os meus sonhos se realizassem, ao meu pai Cristiano de Andrade Siqueira que mesmo não estando 100% presente na minha vida, mas sempre ajuda como pode.

Ao meu Companheiro Arturo César que desde do primeiro dia da graduação em Licenciatura em Pedagogia tem a paciência de tanto me ajudar quanto apoiar minhas decisões dentro da graduação.

Aos meus Amigos Andreelly, Renato e Wanderson que me apoiaram e me ajudaram em todos os momentos da graduação e sempre estiveram juntos.

Agradeço ao apoio que o Núcleo de Acessibilidade – NACES, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE me concedeu, desde o começo da Graduação até o final desta etapa acadêmica, junto com a coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia, que estavam a todo momento disponíveis para qualquer esclarecimento.

As minhas Monitorias do Núcleo de Acessibilidade – NACES/UFRPE, representadas por meio de Alyne Carolayne Serafim de Farias e Daiane Gilvaneide da Silva que me ajudaram nas atividades da graduação de Pedagogia na UFRPE com toda paciência por causa da minha Deficiência Intelectual.

E por último, A minha Orientadora Prof. Dra. Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim que foi fundamental desde o início do pré-projeto, até a presente data da defesa do trabalho, que sempre esteve disponível para dúvidas e esclarecimentos com sua maior paciência e sabedoria para que esse trabalho fosse realizado com sucesso.

RESUMO

A presente pesquisa discute os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando os processos de permanência, participação e aprendizagem no contexto da educação inclusiva brasileira. O estudo fundamenta-se em abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com caráter exploratório, descritivo e analítico. A investigação foi realizada por meio de levantamento sistematizado de produções científicas baseadas pelo *Google* acadêmico contemplando estudos publicados entre os anos de 2020 e 2026. Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), possibilitando identificação de categorias temáticas relacionadas às barreiras estruturais, formação docente, práticas pedagógicas, acessibilidade, capacitismo e políticas públicas inclusivas. Os resultados evidenciam que, embora as políticas educacionais brasileiras tenham ampliado o acesso de estudantes com deficiência múltipla à escola regular, persistem fragilidades estruturais, pedagógicas e atitudinais que limitam a efetivação do direito à educação inclusiva. Observou-se que a permanência escolar desses estudantes depende não apenas da matrícula, mas da existência de condições concretas de acessibilidade, participação social, flexibilização curricular, suporte multiprofissional e valorização das singularidades dos processos de aprendizagem. A pesquisa também identificou que práticas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Plano Educacional Individualizado (PEI), o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o ensino colaborativo e as tecnologias assistivas constituem importantes estratégias para fortalecimento da inclusão escolar. Conclui-se que a consolidação de uma escola efetivamente inclusiva exige transformação das estruturas institucionais, fortalecimento das políticas públicas e superação das práticas capacitistas historicamente presentes no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: deficiência múltipla; educação inclusiva; permanência escolar; acessibilidade; práticas pedagógicas inclusivas.

ABSTRACT:

This research discusses the challenges and possibilities of school inclusion for students with multiple disabilities in the early years of Elementary Education, considering the processes of permanence, participation, and learning within the context of Brazilian inclusive education. The study is based on a qualitative bibliographic approach with exploratory, descriptive, and analytical characteristics. The investigation was carried out through a systematic survey of scientific publications in the Academic Google databases, including studies published between 2020 and 2026. Bardin's (2016) Content Analysis was used for data analysis, allowing the identification of thematic categories related to structural barriers, teacher education, pedagogical practices, accessibility, ableism, and inclusive public policies. The results reveal that, although Brazilian educational policies have expanded access for students with multiple disabilities to regular schools, structural, pedagogical, and attitudinal weaknesses still persist, limiting the effectiveness of the right to inclusive education. It was observed that school permanence depends not only on enrollment, but also on concrete conditions of accessibility, social participation, curricular flexibility, multidisciplinary support, and recognition of the singularities of learning processes. The research also identified that practices such as Specialized Educational Assistance (SEA), the Individualized Educational Plan (IEP), Universal Design for Learning (UDL), collaborative teaching, and assistive technologies constitute important strategies for strengthening school inclusion. It is concluded that the consolidation of an effectively inclusive school requires transformation of institutional structures, strengthening of public policies, and overcoming ableist practices historically present in the Brazilian educational context.

Keywords: multiple disabilities; inclusive education; school permanence; accessibility; inclusive pedagogical practices.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

ANE - Altas Necessidades Especiais

BNE - Baixas Necessidades Especiais

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CTGG - Crise Tônico-Clônica Generalizada

DI - Deficiência Intelectual

DF - Deficiência Física

DM - Deficiência Múltipla

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

GA - Google Acadêmico

LB - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

MNE - Médias Necessidades Especiais

PC - Paralisia Cerebral

PCD - Pessoa com Deficiência

PNEE - Política Nacional de Educação Especial

S - Surdez / Pessoa Surda

SC - Surdocegueira

SD - Síndrome de Down

ST - Síndrome de Tourette

SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TEAP - Transtorno Específico de Aprendizagem

TOC - Transtorno Obsessivo-Compulsivo

TOD - Transtorno Opositor-Desafiador

TDHA - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I : POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O LUGAR DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	16
METODOLOGIA	22
CAPÍTULO II : DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO CONTEXTO ESCOLAR	28
CAPÍTULO III :DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA INCLUSÃO ESCOLAR	35
3.1 BARREIRAS ESTRUTURAIS E ACESSIBILIDADE ESCOLAR	37
3.2 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	38
3.3 BARREIRAS ATITUDINAIS E CULTURA ESCOLAR	39
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PERMANÊNCIA ESCOLAR	40
RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
1. BARREIRAS ESTRUTURAIS, ACESSIBILIDADE E EXCLUSÃO INSTITUCIONAL	44
2. FORMAÇÃO DOCENTE, CURRÍCULO E PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES PEDAGÓGICAS	46
3. BARREIRAS ATITUDINAIS, CAPACITISMO E INVISIBILIDADE ESCOLAR	47
4. POLÍTICAS PÚBLICAS, PERMANÊNCIA ESCOLAR E CONTRADIÇÕES DA INCLUSÃO	49
SÍNTESE ANALÍTICA DAS CATEGORIAS	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICE	75

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi motivada pela trajetória pessoal e acadêmica da pesquisadora, cuja vivência como pessoa com deficiência múltipla possibilitou experimentar, ao longo de sua formação e de diferentes contextos sociais, diversas barreiras institucionais, atitudinais e de acessibilidade. Essas experiências despertaram inquietações que transcendem a dimensão individual, constituindo-se em objeto de investigação científica voltado à compreensão dos desafios e das possibilidades da educação inclusiva. Nessa perspectiva, por meio de um levantamento bibliográfico, buscou-se analisar como a escola tem respondido às demandas educacionais das pessoas com deficiência e identificar evidências na literatura que apontem caminhos para o fortalecimento de práticas pedagógicas, políticas institucionais e processos educativos comprometidos com a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A educação, ao longo da história, tem sido compreendida como um dos principais instrumentos de transformação social, constituindo-se não apenas como um direito assegurado pela legislação brasileira, mas também como um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Nesse contexto, a educação inclusiva busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade, respeitando suas singularidades e necessidades específicas.

Um aspecto que merece destaque refere-se ao fato de que, entre as políticas públicas voltadas à educação inclusiva, nem sempre há uma explicitação clara da deficiência múltipla como categoria específica do público-alvo da Educação Especial. A deficiência múltipla caracteriza-se pela associação de duas ou mais deficiências em uma mesma pessoa, podendo envolver combinações entre deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou outras condições do desenvolvimento, como ocorre nos casos de deficiência física associada à deficiência intelectual ou na surdo-cegueira. Essa condição impõe demandas educacionais complexas e desafios singulares aos processos de ensino e aprendizagem, especialmente nos anos iniciais da escolarização, período fundamental para a consolidação das bases cognitivas, sociais, comunicacionais e afetivas da criança.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível reconhecer que a deficiência múltipla, independentemente de envolver comprometimentos sensoriais, físicos,

cognitivos ou a combinação desses fatores, requer estratégias pedagógicas específicas, recursos de acessibilidade adequados e apoios especializados que garantam a participação efetiva e o desenvolvimento educacional dos estudantes. Portanto, considerando suas particularidades e necessidades educacionais específicas, a deficiência múltipla deve ser compreendida e contemplada de forma explícita como parte integrante do público-alvo da Educação Especial, assegurando o acesso aos serviços, recursos e políticas destinados à promoção da inclusão escolar e da equidade educacional.

Apesar dos avanços observados no campo da educação inclusiva e dos esforços empreendidos pelas redes de ensino, ainda persistem lacunas significativas relacionadas à efetiva inclusão e permanência desses estudantes na escola. Muitas crianças enfrentam barreiras de comunicação, limitações no acesso a recursos de acessibilidade, insuficiência de apoio especializado e dificuldades decorrentes da falta de formação adequada para o atendimento de suas necessidades educacionais.

No cotidiano escolar, diversos desafios continuam presentes. As instituições de ensino frequentemente enfrentam dificuldades relacionadas à disponibilidade de recursos didáticos acessíveis, à adequação dos espaços físicos, à articulação entre o ensino regular e os serviços de apoio educacional especializado e à construção de práticas pedagógicas capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula. Além disso, barreiras atitudinais e concepções limitadas acerca das potencialidades dos estudantes com deficiência múltipla podem comprometer sua participação plena nos processos educativos. Essas barreiras, de natureza pedagógica, estrutural e social, impactam diretamente o acesso, a permanência e o desenvolvimento escolar desses estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, compreender como a escola responde às necessidades das crianças com deficiência múltipla torna-se essencial para a identificação de estratégias que fortaleçam práticas educacionais inclusivas. A permanência escolar está diretamente relacionada à adoção de metodologias flexíveis, à construção de vínculos afetivos, à utilização de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva, bem como ao trabalho colaborativo entre professores, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo. Assim, a inclusão não pode ser compreendida apenas como a garantia da matrícula, mas como a promoção de

condições efetivas de participação, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral.

O presente estudo está ancorado em um levantamento bibliográfico realizado em produções disponíveis no Google Acadêmico e tem como objetivo analisar os desafios que impactam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência múltipla nos anos iniciais. A revisão contempla publicações produzidas entre os anos de 2020 e 2026, abordando discussões relacionadas às políticas públicas, às práticas pedagógicas, à formação docente e aos fatores que influenciam a trajetória escolar dessas crianças. A partir dessa análise, busca-se compreender de que forma as pesquisas acadêmicas têm interpretado as tensões e os desafios presentes no processo de inclusão, bem como identificar práticas e perspectivas que possam contribuir para uma educação mais humanizada e responsiva às necessidades desse público.

Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de sistematizar o conhecimento existente sobre a temática, contribuindo para o debate científico e para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas à garantia não apenas do ingresso, mas também da permanência e do sucesso escolar dos estudantes com deficiência múltipla. A pesquisa também se alinha aos princípios da educação inclusiva ao promover uma reflexão crítica sobre as condições concretas de inclusão nos anos iniciais da escolarização. Com isso, busca-se compreender os desafios enfrentados por crianças com deficiência múltipla nesse contexto, por meio de um levantamento bibliográfico que permita analisar os fatores que influenciam sua permanência escolar e identificar possibilidades para o fortalecimento de processos educacionais mais inclusivos.

PROBLEMA DA PESQUISA

Como a produção científica tem analisado os desafios e as possibilidades relacionados ao acesso, à permanência e à inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla nos anos iniciais do ensino fundamental?

OBJETIVO GERAL

Analisar os principais desafios enfrentados por estudantes com deficiência múltipla para o acesso e a permanência nos anos iniciais, buscando compreender os fatores que dificultam a inclusão escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar na literatura os conceitos e definições de deficiência múltipla utilizados nas pesquisas sobre educação inclusiva.
- b) Mapear as principais barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam o acesso e a permanência desses estudantes nos anos iniciais.
- c) Analisar as práticas pedagógicas e estratégias de inclusão relatadas como promotoras de permanência e aprendizagem significativa.
- d) Investigar como as políticas públicas e as diretrizes educacionais têm sido mencionadas como suporte ou desafio à inclusão desses alunos.

A partir dos objetivos específicos foram construídos os seguintes capítulos: Capítulo I, versando sobre as Políticas educacionais, identificando o lugar da deficiência múltipla. No Capítulo II, buscou-se desvelar sobre a Deficiência múltipla no contexto escolar e no Capítulo III buscou-se na literatura identificar os Desafios e possibilidades da deficiência múltipla na inclusão escolar.

CAPÍTULO I : POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O LUGAR DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Discutir o lugar da deficiência múltipla nas políticas educacionais brasileiras implica compreender os processos históricos, sociais e políticos que constituíram a Educação Especial no Brasil. Trata-se de uma trajetória marcada por tensões entre exclusão e inclusão, assistencialismo e garantia de direitos, segregação institucional e democratização do ensino. Nesse percurso, as formas de compreender a deficiência influenciaram diretamente a organização das políticas públicas e das práticas escolares destinadas às pessoas com deficiência.

Historicamente, os sujeitos com deficiência foram posicionados à margem da vida social. Durante séculos, predominou uma concepção baseada na incapacidade, na dependência e na invisibilidade dessas pessoas. Conforme destaca Bruno (2006), a deficiência foi associada a processos de rejeição, discriminação e afastamento social, produzindo mecanismos históricos de exclusão que impediram o acesso dessas populações à escolarização, à convivência social e ao exercício da cidadania.

Essa exclusão foi ainda mais intensa no caso das pessoas com deficiência múltipla. A complexidade das necessidades apresentadas por esses sujeitos fez com que, durante muito tempo, fossem considerados incapazes de frequentar espaços escolares comuns. Nesse contexto, consolidou-se uma lógica institucional fundamentada na segregação educacional, em que estudantes com deficiência eram encaminhados para instituições especializadas, afastados do ensino regular e privados das experiências sociais e pedagógicas compartilhadas.

A deficiência múltipla caracteriza-se pela associação de duas ou mais deficiências primárias, podendo envolver comprometimentos físicos, intelectuais, sensoriais, motores ou comunicacionais. Entretanto, conforme argumentam Costa e Versiani (2024), essa condição não pode ser compreendida apenas pela soma de limitações. As diferentes deficiências interagem entre si e produzem demandas singulares relacionadas à comunicação, mobilidade, aprendizagem, autonomia e participação social.

Essa compreensão é fundamental porque rompe com interpretações reducionistas frequentemente presentes nas práticas educacionais. Ao limitar o estudante apenas às suas dificuldades, a escola tende a produzir processos de exclusão pedagógica que restringem as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, a deficiência múltipla deve ser compreendida a partir de uma perspectiva biopsicossocial, considerando as relações entre sujeito, contexto e barreiras produzidas socialmente.

Durante grande parte da história brasileira, o atendimento às pessoas com deficiência esteve fortemente vinculado ao modelo médico da deficiência. Nesse paradigma, a limitação era entendida como problema individual, atribuído exclusivamente ao corpo ou à condição clínica do sujeito. Como consequência, a educação assumia função corretiva e normalizadora, buscando adaptar o indivíduo aos padrões sociais considerados normais.

Essa perspectiva influenciou diretamente a organização das primeiras instituições de Educação Especial no Brasil. A criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant, e do Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), representou importante avanço histórico ao reconhecer a necessidade de atendimento educacional às pessoas com deficiência. Contudo, tais instituições operam dentro de uma lógica segregadora, mantendo os estudantes afastados da convivência com os demais alunos da escola comum.

Ao longo do século XX, o atendimento educacional especializado expandiu-se por meio de instituições filantrópicas e assistenciais, como as APAEs e as Sociedades Pestalozzi. Mendes (2010 apud BARRETO, 2024) destaca que esse processo foi fortemente marcado por concepções assistencialistas, nas quais a deficiência era compreendida como incapacidade permanente. Nessa lógica, o foco do atendimento concentrava-se na reabilitação e no cuidado, e não no direito à educação em condições de igualdade.

As primeiras legislações educacionais brasileiras também refletiram essa perspectiva excludente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/1961 utilizava o termo “excepcionais” e condicionava a integração escolar “ao que fosse possível”. Tal formulação revela que a escolarização das pessoas com deficiência não era concebida como direito universal, mas como possibilidade limitada pelas condições consideradas adequadas pelas instituições escolares.

Posteriormente, a Lei nº 5.692/1971 manteve a lógica segregadora ao prever “tratamento especial” para estudantes com deficiência física ou mental. Conforme discutem Johann e Silva (2020), essas legislações reforçaram uma compreensão capacitista da deficiência, sustentada na ideia de que determinados sujeitos seriam incapazes de acompanhar os processos escolares comuns.

Nesse contexto, a deficiência múltipla ocupava lugar ainda mais marginal nas políticas educacionais. A ausência de formação docente, a inexistência de recursos pedagógicos adaptados e a fragilidade das políticas de acessibilidade contribuem para consolidar práticas de exclusão institucionalizada. Muitos estudantes sequer ingressaram na escola, enquanto outros permaneciam restritos a espaços segregados de atendimento.

A criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, representou uma tentativa de organização institucional da Educação Especial no país. Entretanto, conforme apontam Pletsch e Souza (2021), o modelo adotado ainda mantinha forte orientação segregadora, priorizando atendimentos realizados em classes e instituições especiais.

Foi somente a partir do processo de redemocratização brasileira que a inclusão escolar passou a ganhar maior centralidade nas políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 representou marco fundamental nesse processo ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado. Nos artigos 205, 206 e 208, a Constituição assegura igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além da garantia do atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

A Constituição de 1988 rompeu simbolicamente com a lógica histórica de exclusão ao reconhecer que a escolarização das pessoas com deficiência constitui direito social inalienável. Contudo, embora o avanço legal tenha sido significativo, a implementação prática desse direito permaneceu atravessada por desigualdades estruturais.

Documentos internacionais também influenciaram profundamente a reorganização das políticas educacionais inclusivas. A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) consolidaram internacionalmente o princípio da educação inclusiva, defendendo que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de suas diferenças.

A Declaração de Salamanca, particularmente, contribuiu para deslocar o debate da deficiência do campo exclusivamente clínico para uma perspectiva social e pedagógica. Ao afirmar que as escolas devem adaptar-se às necessidades dos estudantes, o documento rompeu com a lógica integracionista que responsabilizava o aluno pela adaptação ao sistema escolar.

Entretanto, as políticas inclusivas brasileiras passaram a incorporar esses princípios de forma gradual e contraditória. A Política Nacional de Educação Especial de 1994, embora reconhecesse a necessidade de integração escolar, ainda legitimava a existência de classes e instituições especiais. Essa contradição evidencia que o paradigma inclusivo coexistiu, durante muito tempo, com práticas segregadoras historicamente consolidadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 representou novo avanço ao estabelecer que a Educação Especial deveria ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Contudo, a permanência do termo “preferencialmente” possibilitou a continuidade de modelos segregados de escolarização, especialmente para estudantes com deficiência múltipla considerados “casos mais complexos”.

Essa situação demonstra que as políticas educacionais brasileiras frequentemente operam em um movimento ambíguo: ao mesmo tempo em que reconhecem direitos, mantêm brechas institucionais que permitem a permanência de práticas excludentes. Como argumentam Bueno e Glat, a inclusão escolar não se efetiva apenas pela matrícula, mas exige transformação estrutural das instituições educacionais.

A consolidação mais significativa da perspectiva inclusiva ocorreu com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Esse documento redefiniu a Educação Especial como modalidade transversal e estabeleceu que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deveria funcionar como complemento, e não substituição, ao ensino regular.

Além disso, a política incorporou elementos do modelo social da deficiência, compreendendo que as limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência decorrem não apenas de condições individuais, mas das barreiras produzidas pela sociedade. Essa mudança conceitual representou importante avanço porque deslocou o foco da incapacidade individual para a responsabilidade coletiva na construção da inclusão.

No entanto, embora as políticas públicas tenham avançado significativamente no plano legal, a literatura analisada nesta pesquisa evidencia que persistem dificuldades concretas para a efetivação da inclusão escolar. Estudos apontam problemas relacionados à acessibilidade física, ausência de tecnologias assistivas, fragilidade na articulação intersetorial, precarização das condições de trabalho docente e insuficiência de formação continuada.

Esses fatores impactam diretamente a permanência escolar dos estudantes com deficiência múltipla. Embora o número de matrículas na escola regular tenha aumentado nas últimas décadas, muitos estudantes permanecem submetidos a processos de exclusão pedagógica, caracterizados pela baixa participação nas atividades escolares, ausência de adaptações curriculares e limitação do acesso ao conhecimento.

Nesse cenário, a permanência escolar deve ser compreendida para além da presença física na escola. Permanecer implica participar, interagir, aprender e desenvolver-se em condições de equidade. Quando a escola não oferece suporte adequado, o estudante pode permanecer matriculado, mas continuar excluído dos processos efetivos de aprendizagem.

A literatura analisada demonstra que a formação docente constitui um dos principais desafios das políticas inclusivas contemporâneas. Muitos professores relatam insegurança diante das demandas da deficiência múltipla, especialmente pela ausência de preparação específica durante a formação inicial. Como consequência, práticas pedagógicas frequentemente permanecem baseadas em modelos homogêneos de ensino incompatíveis com a diversidade presente nas salas de aula.

Além disso, a fragilidade das políticas de financiamento educacional também limita a consolidação da inclusão escolar. Costa e Versiani (2024) destacam que a insuficiência de investimentos compromete a aquisição de tecnologias assistivas, a adaptação de espaços físicos e a implementação de estratégias pedagógicas acessíveis.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se às barreiras atitudinais presentes na cultura escolar. Mesmo diante dos avanços legais, persistem concepções que associam deficiência à incapacidade, produzindo expectativas reduzidas sobre as possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência múltipla.

Essas barreiras afetam diretamente os processos de permanência escolar, pois interferem na participação social, nas relações interpessoais e no acesso ao currículo. Em muitos casos, o estudante é inserido fisicamente na escola, mas permanece excluído das experiências pedagógicas significativas.

Por outro lado, os estudos também evidenciam importantes contribuições das políticas públicas inclusivas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Plano Educacional Individualizado (PEI), as tecnologias assistivas, as práticas colaborativas e a articulação entre escola, família e serviços especializados aparecem como estratégias relevantes para o fortalecimento da participação escolar.

Entretanto, a efetividade dessas ações depende de políticas educacionais comprometidas não apenas com o acesso, mas também com a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Isso exige investimentos estruturais, valorização docente, reorganização curricular e construção de culturas escolares fundamentadas no reconhecimento da diversidade humana.

Assim, o lugar da deficiência múltipla nas políticas educacionais brasileiras permanece atravessado por avanços e contradições. Embora o país tenha construído importante arcabouço legal em defesa da inclusão escolar, persistem limites estruturais que dificultam a consolidação de uma escola efetivamente democrática e acessível.

Desse modo, discutir políticas educacionais e deficiência múltipla implica reconhecer que a inclusão escolar não se reduz ao cumprimento formal da legislação. Trata-se de um processo político, pedagógico e social que exige transformação das estruturas escolares, enfrentamento das desigualdades e reconhecimento do direito de todos os estudantes à aprendizagem, à participação e à permanência em condições de equidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica, com abordagem exploratória, descritiva e analítica, desenvolvido com o objetivo de compreender como a produção científica tem discutido os desafios e as possibilidades relacionados à inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A escolha pela pesquisa bibliográfica fundamenta-se na necessidade de sistematizar conhecimentos já produzidos acerca da temática investigada, permitindo identificar tendências teóricas, lacunas científicas, categorias recorrentes de análise e contribuições presentes na literatura acadêmica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador examinar criticamente produções científicas já elaboradas, ampliando a compreensão sobre determinado fenômeno e favorecendo novas interpretações teóricas.

Além disso, a abordagem qualitativa mostrou-se adequada por possibilitar análise aprofundada das produções acadêmicas, considerando os significados, interpretações e problematizações construídas pelos autores sobre a deficiência múltipla no contexto escolar. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças e relações sociais, permitindo compreender fenômenos complexos em sua dimensão histórica, política e educacional.

A investigação foi realizada por meio de levantamento bibliográfico sistematizado na base de dados Google Acadêmico. A escolha dessas bases ocorreu em razão da abrangência científica e concentração significativa de produções relacionadas à Educação Especial, Educação Inclusiva e deficiência múltipla.

Os objetivos específicos da pesquisa foram contemplados ao longo da construção metodológica, da organização das categorias analíticas e da discussão dos resultados obtidos por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016). A proposta metodológica de Bardin foi escolhida porque ela organiza a análise em etapas claramente definidas, evitando interpretações exclusivamente subjetivas do pesquisador. Esse método estabelece procedimentos que permitem maior transparência, rastreabilidade e confiabilidade dos resultados.

Nesse sentido, cada objetivo específico orientou tanto o processo de seleção do corpus quanto a definição das categorias temáticas utilizadas na análise das produções científicas.

O primeiro objetivo específico, “identificar na literatura os conceitos e definições de deficiência múltipla utilizados nas pesquisas sobre educação inclusiva”, foi contemplado principalmente no Capítulo I – Políticas Educacionais: o lugar da deficiência múltipla e no Capítulo II – Deficiência múltipla no contexto escolar. Nesse momento, a pesquisa analisou criticamente os conceitos de deficiência múltipla presentes nas produções científicas e nos documentos legais, dialogando com autores como Rocha (2014; 2018; 2025), Bosco, Mesquita e Maia (2010), Costa e Versiani (2024) e Bruno (2006). Metodologicamente, esse objetivo foi operacionalizado durante a etapa de pré-análise e exploração do material, especialmente a partir das unidades de registro relacionadas à deficiência múltipla, inclusão escolar e Educação Especial.

O segundo objetivo específico, “Mapear as principais barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que dificultam o acesso e a permanência desses estudantes nos anos iniciais”, foi contemplado principalmente no Capítulo III – Desafios e possibilidades da deficiência múltipla na inclusão escolar e aprofundado na seção de Resultados e Discussão. Esse objetivo esteve diretamente relacionado às categorias analíticas “Barreiras estruturais e acessibilidade escolar” e “Barreiras atitudinais e cultura escolar”. A análise das produções científicas permitiu identificar recorrências relacionadas à precarização da escola pública, ausência de acessibilidade, invisibilidade pedagógica, capacitismo e exclusão simbólica. Metodologicamente, esse objetivo foi desenvolvido na etapa de exploração do material, por meio da codificação temática das unidades de registro relacionadas às barreiras educacionais presentes no corpus investigado.

O terceiro objetivo específico, “Analisar as práticas pedagógicas e estratégias de inclusão relatadas como promotoras de permanência e aprendizagem significativa” com isso, foi contemplado na categoria analítica “Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas”, discutida nos Capítulos II e III e aprofundada nos Resultados e Discussão. A pesquisa identificou recorrência discursiva relacionada à fragilidade da formação inicial e continuada dos professores, às dificuldades pedagógicas enfrentadas pelos docentes e à permanência de modelos homogêneos de ensino. Autores como Tomé, Martins e Gimenez (2023), Vieira e Pletsch (2023), Santos, Vernochi e Ottoni (2025) e Zimmermann e Uhmman (2022) fundamentam essa discussão. Na metodologia, esse objetivo foi contemplado por meio das unidades de registro relacionadas à formação docente, práticas pedagógicas, flexibilização curricular e inclusão escolar.

O quarto objetivo específico, “ Investigar como as políticas públicas e as diretrizes educacionais têm sido mencionadas como suporte ou desafio a inclusão desses alunos.” foi contemplado no Capítulo I, no Capítulo III e na seção de Resultados e Discussão, especialmente na categoria analítica “Políticas públicas e permanência escolar”. A análise do corpus permitiu compreender os avanços e limites das políticas educacionais inclusivas brasileiras, dialogando com documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e estudos de Mendes (2020), Rocha e Pletsch (2015), Pletsch e Souza (2021) e Costa e Versiani (2024). Na metodologia, esse objetivo foi operacionalizado por meio da análise das recorrências temáticas relacionadas às políticas públicas, acessibilidade, permanência escolar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Desse modo, observa-se que todos os objetivos específicos foram articulados metodologicamente ao processo de Análise de Conteúdo de Bardin (2016), especialmente por meio da definição das unidades de registro, da codificação temática, da construção das categorias analíticas e da interpretação crítica dos sentidos produzidos pela literatura científica acerca da deficiência múltipla no contexto da educação inclusiva.

O processo de coleta de dados ocorreu entre os meses de março a maio de 2026. Inicialmente, realizou-se leitura exploratória da literatura existente sobre deficiência múltipla, inclusão escolar, permanência escolar e políticas educacionais, possibilitando a definição dos descritores e delimitação do corpus de análise.

Para a realização do levantamento bibliográfico, foram elaboradas estratégia de buscas executadas de busca por meio de descritores entre aspas, que foram as seguintes: a) “deficiência múltipla” “educação inclusiva”; b) “deficiência múltipla” “permanência escolar”; c) “educação especial” “acessibilidade escolar”; d) “deficiência múltipla” “práticas pedagógicas”; e) “inclusão escolar” e “educação inclusiva”. Essas combinações permitiram identificar estudos relacionados aos desafios de acesso, permanência e inclusão de estudantes com deficiência múltipla no contexto educacional.

Para definição do corpus da pesquisa, estabeleceram-se critérios de inclusão e exclusão previamente delimitados, buscando garantir rigor metodológico, validade científica e coerência temática ao estudo.

Foram definidos como critérios de inclusão:

- a) artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos;
- b) dissertações de mestrado;
- c) teses de doutorado;
- d) produções publicadas entre os anos de 2020 e 2026;
- e) estudos escritos em língua portuguesa;
- f) pesquisas relacionadas à deficiência múltipla no contexto escolar;
- g) estudos que abordassem inclusão escolar, permanência, acessibilidade, formação docente, práticas pedagógicas ou políticas públicas voltadas à Educação Especial.

Foram estabelecidos como critérios de exclusão:

- a) trabalhos duplicados nas bases de dados;
- b) produções fora do recorte temporal delimitado;
- c) estudos centrados exclusivamente em abordagens clínicas, médicas ou terapêuticas;
- d) pesquisas sem relação direta com o contexto educacional;
- e) produções que abordavam deficiência de forma genérica, sem tratar especificamente da deficiência múltipla;
- f) Resumos simples, resenhas, entrevistas e textos sem rigor acadêmico definido.

Inicialmente, foram identificadas 382 produções científicas nas bases pesquisadas. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 300 estudos foram excluídos por não atenderem aos objetivos da investigação, seja pela ausência de relação direta com a temática, pela duplicidade entre bases, pela inadequação metodológica ou pelo enfoque exclusivamente clínico e terapêutico.

Ao final do processo de triagem, o corpus da pesquisa foi constituído por 82 produções científicas, distribuídas da seguinte forma:

- 29 estudos utilizados no Capítulo I – Políticas Educacionais: o lugar da deficiência múltipla;
- 32 estudos utilizados no Capítulo II – Deficiência múltipla no contexto escolar;
- 21 estudos utilizados no Capítulo III – Desafios e possibilidades da inclusão escolar;
- 21 produções complementares utilizadas transversalmente na fundamentação teórica e metodológica do estudo.

Após a seleção do material, realizou-se leitura integral e fichamento analítico das produções selecionadas, organizando-se os estudos conforme seus principais eixos temáticos, objetivos, referenciais teóricos, metodologias e contribuições para a compreensão da inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla.

Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo temática proposta por Bardin (2016), escolhida por possibilitar interpretação sistemática e aprofundada das produções científicas selecionadas. Esse método permitiu identificar recorrências, categorias analíticas, aproximações teóricas e problematizações presentes nos estudos.

O processo de análise ocorreu em três etapas principais:

1. Pré-análise

Nesta etapa, realizou-se leitura flutuante e exploratória do material selecionado, com o objetivo de organizar os estudos, identificar aproximações temáticas e delimitar os principais núcleos de sentido presentes nas produções analisadas.

2. Exploração do material

Na segunda etapa, os estudos foram categorizados conforme os temas recorrentes identificados na literatura. Essa organização permitiu sistematizar os dados e estabelecer relações analíticas entre os diferentes estudos selecionados.

3. Tratamento dos resultados e interpretação

Na terceira etapa, realizou-se análise crítica e interpretativa das categorias construídas, buscando compreender os desafios estruturais, pedagógicos, políticos e sociais relacionados à inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla.

A partir da análise temática dos estudos, foram definidas quatro categorias analíticas centrais:

a) Barreiras estruturais e acessibilidade escolar

Categoria relacionada às dificuldades arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e institucionais que limitam a participação e a permanência escolar dos estudantes com deficiência múltipla.

b) Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas

Categoria voltada à análise da formação inicial e continuada dos professores, das metodologias de ensino, flexibilização curricular e construção de práticas pedagógicas acessíveis.

c) Barreiras atitudinais e cultura escolar

Categoria relacionada às representações sociais da deficiência, preconceitos, capacitismo e impactos das relações institucionais nos processos de inclusão escolar.

d) Políticas públicas e permanência escolar

Categoria destinada à análise das políticas educacionais inclusivas, seus avanços, limites e impactos na garantia do acesso, participação e permanência dos estudantes com deficiência múltipla na escola regular.

A organização dessas categorias possibilitou compreender como a literatura científica brasileira tem analisado os desafios e as possibilidades da deficiência múltipla no contexto da inclusão escolar, permitindo construção de análise crítica fundamentada nas produções acadêmicas selecionadas.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa respeitou os princípios éticos da produção científica, realizando o devido reconhecimento das autorias e referências utilizadas ao longo do estudo, conforme as normas acadêmicas vigentes.

A partir do processo de codificação temática e identificação das unidades de registro, as categorias analíticas emergiram da recorrência temática presente no corpus investigado, permitindo organização e interpretação crítica dos sentidos produzidos pela literatura científica acerca da deficiência múltipla no contexto escolar.

CAPÍTULO II: DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NO CONTEXTO ESCOLAR

A inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla constitui um dos maiores desafios contemporâneos da educação brasileira, sobretudo quando analisada a partir das condições concretas de permanência, participação e aprendizagem presentes no cotidiano escolar. Embora as políticas públicas inclusivas tenham ampliado significativamente o acesso desses estudantes à escola regular, a literatura científica evidencia que o processo de inclusão ainda ocorre de forma marcada por contradições estruturais, pedagógicas e sociais que limitam a efetivação do direito à educação.

A deficiência múltipla caracteriza-se pela associação de duas ou mais deficiências primárias, envolvendo comprometimentos de natureza intelectual, física, motora, sensorial ou comunicacional. Entretanto, conforme discutem Rocha (2014; 2018) e Rocha e Rocha (2025), essa condição não pode ser reduzida à simples soma de limitações, pois as diferentes deficiências interagem entre si e produzem necessidades específicas que afetam diretamente os processos de desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem.

Essa compreensão é fundamental porque rompe com interpretações simplificadoras frequentemente presentes nas práticas escolares. Em muitos contextos educacionais, ainda predomina uma visão reducionista da deficiência múltipla, centrada exclusivamente nas limitações do sujeito. Tal perspectiva desconsidera os aspectos sociais, pedagógicos e institucionais envolvidos no processo educativo, contribuindo para práticas de exclusão pedagógica que restringem as possibilidades de participação escolar.

Conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a deficiência múltipla envolve comprometimentos que afetam o desenvolvimento global e a capacidade adaptativa do sujeito, demandando estratégias educacionais específicas. Isso significa que a inclusão desses estudantes exige reorganização curricular, flexibilização metodológica, acessibilidade comunicacional, suporte multiprofissional e práticas pedagógicas centradas nas singularidades dos processos de aprendizagem.

Nesse contexto, a escola assume papel central na construção das condições de participação e desenvolvimento desses estudantes. Entretanto, a literatura analisada demonstra que as instituições escolares brasileiras ainda apresentam dificuldades significativas para responder às demandas da deficiência múltipla, especialmente no que se refere à acessibilidade, formação docente, recursos pedagógicos e articulação intersetorial.

Historicamente, a escolarização das pessoas com deficiência esteve associada a modelos segregadores. Durante décadas, estudantes com deficiência múltipla foram considerados incapazes de frequentar a escola comum, sendo encaminhados para instituições especializadas ou excluídos completamente dos sistemas formais de ensino. Conforme apontam Anjos e Rodrigues (2022), o atendimento educacional esteve durante muito tempo fundamentado no modelo médico da deficiência, cujo foco principal era a correção das limitações individuais, e não o desenvolvimento da autonomia e da participação social.

Esse modelo produziu impactos profundos na organização da educação brasileira. Ao compreender a deficiência como problema exclusivamente individual, a escola foi historicamente isentada da responsabilidade de reorganizar suas práticas pedagógicas e estruturas institucionais. Assim, a exclusão escolar era naturalizada como consequência inevitável da deficiência, e não como resultado das barreiras produzidas socialmente.

A transição para o paradigma inclusivo modificou significativamente essa compreensão. A partir das contribuições da Declaração de Salamanca (1994), da Constituição Federal de 1988 e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), consolidou-se a ideia de que a escola deve adaptar-se às necessidades dos estudantes, e não exigir que os sujeitos se adequem a modelos homogêneos de ensino.

Contudo, embora os avanços legais tenham ampliado o acesso à escola regular, os estudos analisados nesta pesquisa evidenciam que a inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla ainda enfrenta obstáculos concretos que comprometem a permanência e a aprendizagem.

Entre as principais barreiras identificadas na literatura estão os problemas relacionados à infraestrutura escolar e à acessibilidade. Muitas escolas públicas brasileiras ainda apresentam limitações arquitetônicas significativas, como ausência de rampas, banheiros adaptados, mobiliário acessível e recursos de mobilidade. Conforme demonstram Pletsch, Sá e Mendes (2021), uma parcela significativa das instituições escolares brasileiras não dispõe de condições estruturais adequadas para atender estudantes público-alvo da Educação Especial.

Essas limitações afetam diretamente a permanência escolar dos estudantes com deficiência múltipla. A ausência de acessibilidade compromete não apenas o deslocamento físico, mas também a participação nas atividades pedagógicas e sociais da escola. Nesse sentido, Damasceno (2020) argumenta que ambientes escolares não acessíveis funcionam como barreiras concretas ao desenvolvimento e à aprendizagem, evidenciando que muitas dificuldades atribuídas aos estudantes decorrem, na realidade, das limitações institucionais da própria escola.

Além das barreiras físicas, a literatura destaca a permanência de obstáculos pedagógicos relacionados à rigidez curricular e à homogeneização das práticas de ensino. Conforme discutem Vieira e Pletsch (2023), grande parte das escolas brasileiras ainda opera a partir de modelos pedagógicos centrados na ideia de “aluno padrão”, desconsiderando as diferentes formas de aprender presentes no espaço escolar.

Essa lógica produz impactos particularmente intensos sobre estudantes com deficiência múltipla, cujos processos de aprendizagem frequentemente exigem estratégias diferenciadas, adaptações curriculares e flexibilização metodológica. Entretanto, muitos professores ainda associam adaptação pedagógica à simples redução de conteúdos, sem considerar a necessidade de reorganização dos objetivos, métodos, recursos e formas de avaliação.

Oliveira e Castro (2020) destacam que a flexibilização curricular não deve significar empobrecimento pedagógico, mas construção de estratégias acessíveis capazes de garantir participação efetiva nos processos de aprendizagem. Quando isso não ocorre, o estudante permanece fisicamente inserido na escola, mas excluído das experiências educacionais significativas.

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se às barreiras comunicacionais enfrentadas por estudantes com deficiência múltipla. Muitos desses sujeitos apresentam limitações na linguagem oral ou dificuldades significativas de comunicação, exigindo o uso de sistemas alternativos e ampliados de comunicação.

Entretanto, a ausência de recursos de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), tecnologias assistivas e materiais acessíveis compromete diretamente a interação social e o desenvolvimento pedagógico desses estudantes. Conforme argumenta Nascimento (2020), a limitação da comunicação afeta não apenas o acesso ao currículo, mas também os processos de socialização, autoestima e pertencimento escolar.

Nesse contexto, as tecnologias assistivas assumem papel fundamental na promoção da inclusão escolar. Estudos de Pletsch e Silva (2025) demonstram que recursos tecnológicos acessíveis ampliam significativamente as possibilidades de autonomia, interação e participação dos estudantes com deficiência múltipla. Contudo, a efetividade dessas estratégias depende da existência de investimento institucional, formação docente e suporte técnico adequado.

A formação de professores aparece, na literatura analisada, como um dos principais desafios para a efetivação da inclusão escolar. Tomé, Martins e Gimenez (2023) argumentam que muitos docentes não receberam formação específica para atuar com estudantes com deficiência múltipla, o que gera insegurança diante das demandas pedagógicas presentes no cotidiano escolar.

Essa fragilidade formativa produz impactos relevantes na permanência escolar. Professores sem suporte teórico e metodológico tendem a reproduzir práticas homogêneas de ensino, limitando a participação dos estudantes que apresentam necessidades educacionais específicas. Além disso, muitos profissionais relatam sentimento de impotência diante da complexidade das demandas da deficiência múltipla.

Zimmermann e Uhmman (2022) definem esse processo como “paralisia pedagógica”, situação em que o medo de errar ou a ausência de preparo técnico dificultam a construção de estratégias pedagógicas inclusivas. Nesse cenário, a deficiência passa a ser percebida como obstáculo intransponível, reforçando práticas de exclusão pedagógica e expectativas reduzidas sobre as possibilidades de aprendizagem dos estudantes.

Os estudos analisados também evidenciam que as barreiras atitudinais continuam sendo um dos principais fatores de exclusão escolar. Mesmo diante dos avanços das políticas inclusivas, persistem concepções capacitistas que associam deficiência à incapacidade, dependência ou impossibilidade de aprendizagem.

Essas concepções afetam diretamente a forma como os estudantes são percebidos dentro da escola. Muitas vezes, o diagnóstico clínico passa a definir integralmente as expectativas pedagógicas, fazendo com que o estudante seja reduzido às suas limitações. Como discutem Simões, Vieira e Ghidini (2022), esse “olhar faltoso”¹ produz invisibilidade pedagógica, impedindo o reconhecimento das potencialidades, desejos e capacidades dos sujeitos.

As barreiras atitudinais impactam profundamente os processos de permanência escolar. Em muitos casos, estudantes com deficiência múltipla permanecem matriculados, mas participam de forma limitada das atividades escolares, sendo submetidos a relações marcadas pela superproteção, infantilização ou baixa expectativa pedagógica.

Além disso, a literatura evidencia que a permanência escolar desses estudantes é frequentemente atravessada por dificuldades relacionadas às condições sociais e institucionais. Rocha (2025) demonstra que fatores como problemas de saúde recorrentes, ausência de transporte adaptado, necessidade de atendimentos terapêuticos e fragilidade das redes de apoio contribuem significativamente para a baixa frequência escolar.

Essas condições revelam que a inclusão escolar não depende exclusivamente da escola, mas da articulação entre políticas públicas de educação, saúde, assistência social e acessibilidade urbana. A ausência dessa integração intersetorial fragiliza os processos de permanência e amplia os riscos de evasão e exclusão educacional.

Diante desses desafios, a literatura aponta importantes possibilidades para o fortalecimento da inclusão escolar. Uma das estratégias mais discutidas refere-se ao Plano Educacional Individualizado (PEI), compreendido como instrumento de planejamento pedagógico centrado nas necessidades, potencialidades e objetivos específicos de cada estudante.

¹ Expressão utilizada pelos autores

O PEI contribui para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis ao permitir a definição de adaptações curriculares, estratégias metodológicas, formas de avaliação e recursos específicos de apoio. Entretanto, sua efetividade depende da participação coletiva dos profissionais envolvidos e da articulação entre escola, família e serviços especializados.

Outra contribuição importante refere-se ao Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Conforme discutem Mainardes e Casagrande (2022) e Biancardi e Leal (2024), o DUA propõe a construção de ambientes pedagógicos flexíveis desde o planejamento inicial, considerando a diversidade dos estudantes e eliminando barreiras de acesso ao currículo.

Diferentemente das adaptações realizadas apenas após a identificação das dificuldades, o DUA propõe que a acessibilidade esteja presente desde a organização das práticas pedagógicas, ampliando as possibilidades de participação de todos os estudantes.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) também aparece como importante estratégia de apoio à inclusão escolar. Conforme estabelece a Resolução nº 4/2009, o AEE deve atuar como serviço complementar ao ensino regular, oferecendo recursos, estratégias e tecnologias que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Entretanto, a literatura evidencia que a efetividade do AEE depende da articulação com o ensino regular. Quando realizado de forma isolada, sem diálogo com os professores da sala comum, o atendimento tende a reproduzir práticas fragmentadas que pouco contribuem para a inclusão efetiva.

Nesse sentido, os estudos analisados destacam a importância do ensino colaborativo como estratégia de fortalecimento da inclusão escolar. A atuação conjunta entre professores da educação regular e profissionais da Educação Especial favorece a construção de práticas pedagógicas compartilhadas, possibilitando maior acompanhamento das necessidades dos estudantes.

Por fim, a análise da literatura permite compreender que a inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla constitui processo complexo, atravessado por dimensões pedagógicas, políticas, sociais e institucionais. Embora as políticas inclusivas tenham ampliado significativamente o acesso à escola regular, persistem desafios estruturais que comprometem a permanência e a aprendizagem desses estudantes.

Ao mesmo tempo, os estudos demonstram que a construção de práticas inclusivas depende do fortalecimento das políticas públicas, da valorização docente, da ampliação da acessibilidade e da transformação das culturas escolares. A inclusão não se reduz à presença física do estudante na escola, mas implica garantir condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Assim, discutir deficiência múltipla no contexto escolar exige compreender que o processo de inclusão envolve não apenas adaptações técnicas, mas transformação das relações pedagógicas, das estruturas institucionais e das formas como a diferença é compreendida no espaço educacional.

CAPÍTULO III :DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA NA INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla constitui um dos maiores desafios das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no contexto da educação pública brasileira. Embora os avanços legais das últimas décadas tenham ampliado significativamente o acesso desses estudantes à escola regular, a literatura científica evidencia que persistem barreiras estruturais, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que comprometem a efetivação do direito à educação inclusiva.

A análise dos estudos selecionados neste levantamento bibliográfico demonstra que a deficiência múltipla ocupa lugar de significativa complexidade dentro do cenário educacional. Isso ocorre porque a associação de duas ou mais deficiências produz demandas específicas que exigem reorganização profunda das práticas pedagógicas, das estruturas escolares e das políticas públicas voltadas à inclusão.

Conforme discutem Rocha (2025) e Johann e Silva (2020), a deficiência múltipla não pode ser compreendida apenas pela coexistência de limitações, mas pela interação dinâmica entre diferentes comprometimentos que afetam o desenvolvimento global, os processos comunicacionais, a autonomia e as formas de participação social do sujeito. Essa condição produz necessidades educacionais singulares, impossíveis de serem atendidas por modelos homogêneos de ensino.

Nesse contexto, a inclusão escolar deixa de ser compreendida como simples inserção física do estudante na escola comum e passa a exigir garantia efetiva de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Entretanto, os estudos analisados demonstram que grande parte das instituições escolares brasileiras ainda não dispõe de condições estruturais e pedagógicas adequadas para responder às demandas da deficiência múltipla.

Historicamente, os estudantes com deficiência múltipla foram excluídos dos espaços escolares formais ou encaminhados para instituições segregadas de ensino. Conforme destacam Lunkes et al. (2024), a construção histórica da deficiência esteve associada à ideia de incapacidade, dependência e improdutividade social. Essa concepção influenciou diretamente as políticas educacionais e contribuiu para consolidar práticas excludentes no interior das instituições escolares.

Durante décadas, prevaleceu o modelo médico da deficiência, fundamentado na ideia de que as limitações estavam exclusivamente no indivíduo. Nessa perspectiva, o foco das intervenções centrava-se na reabilitação clínica, desconsiderando os fatores sociais, pedagógicos e institucionais envolvidos nos processos de exclusão escolar. Conforme argumentam Anjos e Rodrigues (2022), a educação das pessoas com deficiência assumia caráter corretivo e assistencialista, voltado muito mais para adaptação social do sujeito do que para garantia do direito à aprendizagem.

Essa perspectiva produziu impactos significativos sobre a escolarização das pessoas com deficiência múltipla. A ausência de recursos pedagógicos, de acessibilidade e de formação docente consolidou práticas que inviabilizam esses estudantes dentro do sistema educacional. Em muitos casos, a deficiência era utilizada como justificativa para negar o acesso à escola regular ou limitar as possibilidades de desenvolvimento pedagógico.

Embora as políticas inclusivas tenham ampliado significativamente o acesso à educação nas últimas décadas, os estudos analisados evidenciam que a permanência escolar ainda constitui um dos principais desafios da inclusão. A matrícula em classes comuns não garante, por si só, participação efetiva nos processos educativos.

Rocha e Pletsch (2015) argumentam que a inclusão escolar exige mais do que acesso físico à escola; implica assegurar condições reais de participação pedagógica, interação social e aprendizagem significativa. Quando essas condições não são garantidas, o estudante permanece inserido administrativamente no sistema escolar, mas continua submetido a processos de exclusão pedagógica.

A análise dos estudos permitiu identificar quatro grandes categorias analíticas que estruturam os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla:

3.1 BARREIRAS ESTRUTURAIS E ACESSIBILIDADE ESCOLAR

A primeira categoria refere-se às barreiras estruturais presentes nas instituições escolares. Os estudos analisados demonstram que grande parte das escolas públicas brasileiras ainda apresenta limitações arquitetônicas e de acessibilidade que dificultam ou impedem a participação dos estudantes com deficiência múltipla.

Conforme apontam Souza e Bringel (2023), muitas escolas não possuem rampas de acesso, banheiros adaptados, mobiliário acessível, sinalização adequada ou recursos de mobilidade. Essas limitações comprometem não apenas o deslocamento físico dos estudantes, mas também sua autonomia e participação nas atividades escolares.

Costa e Versiani (2024) destacam que a ausência de acessibilidade constitui uma das principais expressões da desigualdade educacional vivenciada pelas pessoas com deficiência múltipla. A escola, ao não se reorganizar estruturalmente para acolher a diversidade humana, acaba produzindo mecanismos institucionais de exclusão.

Além disso, os estudos revelam que a precariedade das condições materiais da educação pública interfere diretamente na implementação das políticas inclusivas. A insuficiência de financiamento educacional limita a aquisição de tecnologias assistivas, materiais adaptados e equipamentos especializados necessários ao processo de inclusão.

Pletsch, Sá e Mendes (2021) demonstram que muitas escolas não dispõem de equipes multiprofissionais, salas adequadas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou suporte técnico especializado. Como consequência, as políticas inclusivas acabam sendo implementadas de forma fragmentada e desigual.

Essas limitações impactam diretamente a permanência escolar. A ausência de acessibilidade física e pedagógica produz processos de exclusão cotidiana que dificultam a frequência regular, a participação social e a construção de vínculos escolares. Assim, a evasão ou a baixa frequência não podem ser compreendidas apenas como questões individuais ou familiares, mas como resultado das próprias fragilidades estruturais das instituições escolares.

3.2 FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A segunda categoria analítica identificada refere-se à formação docente e às práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto da inclusão escolar.

Os estudos analisados demonstram que muitos professores se sentem inseguros diante das demandas da deficiência múltipla, especialmente pela ausência de formação específica durante a graduação. Conforme discutem Tomé, Martins e Gimenez (2023), existe significativa distância entre os conteúdos trabalhados na formação inicial e as demandas concretas vivenciadas pelos docentes nas escolas inclusivas.

Essa fragilidade formativa impacta diretamente a organização das práticas pedagógicas. Muitos professores reproduzem modelos homogêneos de ensino centrados na ideia de aluno padrão, desconsiderando os diferentes ritmos, linguagens e formas de aprendizagem presentes na sala de aula.

Vieira e Pletsch (2023) afirmam que a permanência de práticas pedagógicas rigidamente padronizadas constitui uma das principais barreiras à inclusão escolar. Quando o currículo é organizado de forma inflexível, os estudantes com deficiência múltipla encontram maiores dificuldades de acesso ao conhecimento e participação nas atividades escolares.

Além disso, a literatura evidencia que muitos docentes ainda compreendem adaptação curricular como simples redução de conteúdos ou flexibilização avaliativa. Entretanto, conforme argumentam Oliveira e Castro (2020), práticas pedagógicas inclusivas exigem reorganização ampla dos objetivos, metodologias, recursos didáticos e formas de avaliação.

Nesse contexto, a ausência de formação continuada contribui para o fortalecimento de sentimentos de impotência e insegurança profissional. Zimmermann e Uhmman (2022) definem esse processo como “paralisia pedagógica”, situação em que o medo de errar e a ausência de suporte institucional dificultam a construção de estratégias inclusivas.

Essa realidade produz impactos importantes sobre a permanência escolar. Professores sem preparo adequado tendem a desenvolver expectativas reduzidas sobre as possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência múltipla, limitando sua participação pedagógica e reforçando processos de exclusão dentro da própria escola.

Por outro lado, os estudos analisados também apontam importantes possibilidades pedagógicas para fortalecimento da inclusão escolar. Estratégias como flexibilização curricular, ensino colaborativo, uso de recursos multissensoriais, tecnologias assistivas e metodologias ativas aparecem como práticas capazes de ampliar a participação e a aprendizagem dos estudantes.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) também surge na literatura como importante instrumento de planejamento pedagógico. Quando construído coletivamente, o PEI possibilita a organização de estratégias centradas nas necessidades e potencialidades do estudante, favorecendo processos mais efetivos de acompanhamento e desenvolvimento.

Além disso, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é apontado como importante perspectiva teórico-metodológica para construção de práticas pedagógicas acessíveis. Conforme discutem Mainardes e Casagrande (2022) e Biancardi e Leal (2024), o DUA propõe que o planejamento pedagógico seja elaborado considerando, desde o início, a diversidade dos estudantes, reduzindo barreiras de acesso ao currículo.

3.3 BARREIRAS ATITUDINAIS E CULTURA ESCOLAR

A terceira categoria identificada refere-se às barreiras atitudinais presentes no contexto escolar.

Os estudos analisados evidenciam que, mesmo diante dos avanços legais das políticas inclusivas, persistem concepções capacitistas que associam deficiência à incapacidade, dependência ou impossibilidade de aprendizagem. Essas representações influenciam diretamente as relações pedagógicas e sociais estabelecidas no cotidiano escolar.

Simões, Vieira e Ghidini (2022) discutem que muitos estudantes com deficiência múltipla ainda são percebidos a partir de um “olhar faltoso”, no qual predominam as limitações em detrimento das potencialidades. Essa perspectiva reduz as expectativas pedagógicas e produz processos de invisibilidade escolar.

As barreiras atitudinais manifestam-se de diferentes formas: infantilização dos estudantes, superproteção, exclusão das atividades coletivas, ausência de estímulo à autonomia e baixa participação nos processos pedagógicos. Muitas vezes, essas práticas ocorrem de forma naturalizada dentro das instituições escolares.

Johann e Silva (2020) destacam que o preconceito e a falta de conhecimento sobre deficiência múltipla ainda constituem obstáculos importantes à consolidação da educação inclusiva. Mesmo quando existem recursos estruturais e pedagógicos adequados, a permanência de culturas escolares excludentes compromete significativamente os processos de inclusão.

Essas barreiras afetam diretamente a permanência escolar. Quando o estudante não é reconhecido como sujeito capaz de aprender, participar e construir relações sociais, sua experiência escolar torna-se marcada pela exclusão simbólica e pedagógica.

Por outro lado, os estudos demonstram que práticas escolares fundamentadas na valorização da diversidade, no respeito às diferenças e na construção de vínculos colaborativos favorecem significativamente os processos de inclusão. A construção de culturas escolares inclusivas exige transformação coletiva das relações institucionais e superação das concepções historicamente construídas sobre deficiência.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PERMANÊNCIA ESCOLAR

A quarta categoria analítica refere-se às políticas públicas e aos fatores que influenciam a permanência escolar dos estudantes com deficiência múltipla.

A literatura analisada demonstra que as políticas inclusivas brasileiras produziram avanços significativos na ampliação do acesso à escola regular. Entretanto, persistem fragilidades relacionadas à implementação concreta dessas políticas no cotidiano das instituições escolares.

Mendes (2020) argumenta que a inclusão escolar exige transformação das práticas, culturas e políticas institucionais, garantindo acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes. Contudo, muitos sistemas educacionais ainda apresentam dificuldades para operacionalizar os princípios previstos na legislação inclusiva.

Os estudos evidenciam que a permanência escolar dos estudantes com deficiência múltipla depende de múltiplos fatores, incluindo acessibilidade, suporte pedagógico, articulação intersetorial, participação familiar e continuidade das políticas públicas.

Rocha (2025) destaca que questões relacionadas à saúde, transporte escolar, atendimento terapêutico e vulnerabilidade social interferem diretamente na frequência e continuidade dos processos escolares. Isso demonstra que a inclusão não depende exclusivamente da escola, mas da integração entre diferentes políticas públicas.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) aparece como importante estratégia de apoio à permanência escolar. Contudo, os estudos indicam que sua efetividade depende da articulação com o ensino regular e da existência de práticas colaborativas entre os profissionais envolvidos.

Além disso, os estudos analisados revelam que muitas políticas inclusivas permanecem centradas no acesso à matrícula, sem garantir condições efetivas de aprendizagem e participação. Essa contradição evidencia que o desafio contemporâneo da inclusão escolar não está apenas em ampliar o ingresso dos estudantes, mas em assegurar sua permanência com qualidade social.

Por outro lado, as pesquisas também apontam avanços importantes. A ampliação das discussões sobre acessibilidade, formação docente, tecnologias assistivas e direitos educacionais tem fortalecido a construção de práticas mais inclusivas em diferentes contextos escolares.

Entretanto, a consolidação da inclusão escolar exige políticas públicas permanentes, investimentos estruturais, valorização docente e transformação das culturas institucionais. A inclusão não pode ser compreendida apenas como cumprimento legal, mas como compromisso ético, político e pedagógico com a democratização da educação.

Dessa forma, os desafios e possibilidades da deficiência múltipla na inclusão escolar revelam que o processo inclusivo permanece em construção no contexto brasileiro. Embora os avanços legais tenham sido significativos, persistem desigualdades estruturais que limitam a efetivação do direito à educação.

Assim, garantir inclusão escolar efetiva para estudantes com deficiência múltipla implica reconhecer que a diversidade humana deve ocupar lugar central na organização das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e das relações sociais construídas no interior das escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), foi possível identificar recorrências temáticas e núcleos de sentido presentes nas produções científicas selecionadas. As categorias analíticas emergiram da recorrência temática observada no corpus investigado, permitindo compreensão crítica dos principais desafios e possibilidades relacionados à inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla.

A análise das 82 produções científicas selecionadas permitiu identificar que a inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla, embora respaldada por importantes avanços legais e políticos, ainda se desenvolve em meio a profundas contradições estruturais, pedagógicas e sociais presentes no sistema educacional brasileiro. Os estudos analisados demonstram que o principal desafio contemporâneo da educação inclusiva não está apenas relacionado ao acesso à matrícula escolar, mas sobretudo à garantia de permanência, participação efetiva e aprendizagem significativa desses estudantes no cotidiano da escola regular.

Os resultados revelam que a deficiência múltipla permanece como uma das condições menos contempladas pelas políticas educacionais inclusivas, especialmente pela complexidade de suas demandas pedagógicas, comunicacionais, motoras e cognitivas. Conforme discutem Rocha (2014; 2018; 2025), Rocha e Rocha (2025), Bosco, Mesquita e Maia (2010) e Costa e Versiani (2024), a deficiência múltipla não pode ser compreendida como simples associação quantitativa entre deficiências, mas como condição que produz impactos singulares no desenvolvimento humano, exigindo respostas educacionais articuladas e individualizadas.

Nesse sentido, os estudos analisados evidenciam que grande parte das dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiência múltipla não decorre exclusivamente de suas condições orgânicas, mas principalmente das barreiras produzidas socialmente pelas instituições escolares e pelas políticas públicas. Tal compreensão aproxima-se do modelo social da deficiência, consolidado a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), segundo o qual a exclusão emerge da interação entre sujeito e barreiras sociais, pedagógicas e estruturais.

A partir da análise temática do material selecionado, foram organizadas quatro categorias analíticas centrais que permitiram aprofundar criticamente os principais achados da pesquisa.

1. BARREIRAS ESTRUTURAIS, ACESSIBILIDADE E EXCLUSÃO INSTITUCIONAL

A primeira categoria revelou que as barreiras estruturais permanecem como um dos principais fatores responsáveis pela exclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla.

Os estudos analisados demonstram que, apesar das garantias legais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), grande parte das escolas públicas brasileiras ainda não dispõe de condições físicas, arquitetônicas e tecnológicas adequadas para garantir acessibilidade plena aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Souza e Bringel (2023), Pletsch, Sá e Mendes (2021) e Damasceno (2020) apontam que a ausência de rampas, banheiros adaptados, sinalização acessível, mobiliário específico e recursos de mobilidade compromete diretamente a circulação, autonomia e permanência dos estudantes com deficiência múltipla na escola regular. Essa precariedade estrutural evidencia que muitas instituições educacionais continuam organizadas segundo modelos excludentes historicamente consolidados.

Mais do que limitações físicas, os resultados indicam que a ausência de acessibilidade representa manifestação concreta da desigualdade educacional brasileira. Costa e Versiani (2024) afirmam que a precarização das estruturas escolares reflete processos históricos de invisibilização das pessoas com deficiência dentro das políticas públicas. Nesse cenário, a escola acaba reproduzindo mecanismos institucionais de exclusão ao não reconhecer a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo.

Os estudos demonstram ainda que as barreiras estruturais afetam diretamente a permanência escolar. Muitos estudantes apresentam baixa frequência escolar em razão das dificuldades de locomoção, ausência de transporte adaptado, falta de equipamentos acessíveis e inexistência de suporte especializado. Rocha (2025) destaca que fatores relacionados à saúde, deslocamento e fragilidade das redes de apoio contribuem significativamente para interrupções frequentes na trajetória escolar desses estudantes.

Esse cenário evidencia que a permanência escolar não depende apenas da matrícula ou da frequência física à escola, mas da existência de condições institucionais que garantam participação efetiva nas experiências pedagógicas e sociais. Quando a acessibilidade é limitada, o estudante permanece formalmente incluído no sistema escolar, mas continua submetido a processos cotidianos de exclusão.

Além disso, os resultados apontam que a insuficiência de financiamento público compromete diretamente a implementação das políticas inclusivas. Costa e Versiani (2024) argumentam que a desigualdade na distribuição de recursos educacionais limita a aquisição de tecnologias assistivas, a adaptação de espaços físicos e a contratação de profissionais especializados.

Nesse contexto, a literatura evidencia que as políticas públicas inclusivas frequentemente operam em caráter normativo, mas sem garantir plenamente as condições materiais necessárias para sua efetivação. Tal contradição revela que o discurso da inclusão muitas vezes não é acompanhado por investimentos estruturais compatíveis com as demandas da deficiência múltipla.

2. FORMAÇÃO DOCENTE, CURRÍCULO E PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES PEDAGÓGICAS

A segunda categoria analítica revelou que a formação docente constitui um dos elementos centrais para compreensão dos limites e possibilidades da inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla.

Os estudos analisados demonstram que muitos professores se sentem despreparados para atuar com estudantes que apresentam demandas educacionais complexas. Conforme discutem Tomé, Martins e Gimenez (2023), Santos, Vernochi e Ottoni (2025), Zimmermann e Uhmman (2022) e Vieira e Pletsch (2023), a formação inicial dos cursos de licenciatura ainda apresenta fragilidades significativas no que se refere à Educação Especial e à inclusão escolar.

Essa deficiência formativa produz impactos diretos na organização das práticas pedagógicas. Muitos docentes relatam insegurança diante da necessidade de flexibilização curricular, elaboração de estratégias acessíveis e utilização de recursos de tecnologia assistiva. Como consequência, práticas de ensino continuam fortemente marcadas por modelos homogêneos, centrados na transmissão padronizada de conteúdos e na ideia de “aluno ideal”.

Vieira e Pletsch (2023) definem essa lógica como expressão da “monocultura do saber”, caracterizada pela valorização de formas únicas de ensinar e aprender. Nesse modelo, estudantes que não correspondem aos padrões hegemônicos de desempenho escolar tendem a ser marginalizados pedagogicamente.

Os resultados demonstram que essa organização curricular produz profundas desigualdades pedagógicas para estudantes com deficiência múltipla. Em muitos casos, o currículo permanece inacessível, as metodologias não contemplam diferentes formas de aprendizagem e os processos avaliativos continuam fundamentados em critérios homogêneos de desempenho.

Oliveira e Castro (2020) argumentam que adaptações curriculares não devem ser compreendidas como simplificação ou empobrecimento pedagógico, mas como reorganização das práticas de ensino para garantir acessibilidade ao conhecimento. Entretanto, os estudos analisados evidenciam que muitos professores ainda associam inclusão à redução de conteúdo ou à realização de atividades paralelas, sem efetiva participação curricular do estudante.

Essa realidade produz o que os estudos identificam como exclusão pedagógica. O estudante permanece fisicamente inserido na sala de aula, mas afastado dos processos reais de construção do conhecimento. Mendes (2020) alerta que a inclusão escolar não pode restringir-se à presença física do estudante, mas deve assegurar participação, aprendizagem e desenvolvimento em condições de equidade.

Além disso, os resultados demonstram que a ausência de suporte institucional amplia os sentimentos de insegurança profissional. Zimmermann e Uhmman (2022) definem esse processo como “paralisia pedagógica”, situação em que os professores deixam de desenvolver estratégias inclusivas pelo receio de errar ou pela falta de apoio técnico e formativo.

Por outro lado, os estudos analisados também apontam importantes possibilidades pedagógicas para fortalecimento da inclusão escolar. O Plano Educacional Individualizado (PEI), o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o ensino colaborativo, os recursos multissensoriais e as tecnologias assistivas aparecem como estratégias capazes de ampliar significativamente as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência múltipla.

Mainardes e Casagrande (2022) e Biancardi e Leal (2024) destacam que o DUA propõe reorganização curricular baseada na diversidade humana, permitindo a construção de ambientes pedagógicos mais acessíveis desde o planejamento inicial. Tal perspectiva rompe com a lógica tradicional de adaptação posterior, compreendendo a acessibilidade como princípio constitutivo do ensino.

3. BARREIRAS ATITUDINAIS, CAPACITISMO E INVISIBILIDADE ESCOLAR

A terceira categoria revelou que as barreiras atitudinais permanecem como um dos elementos mais complexos da inclusão escolar.

Os estudos analisados demonstram que, mesmo diante dos avanços legais e políticos da educação inclusiva, persistem concepções capacitistas profundamente enraizadas nas culturas escolares. Essas concepções associam deficiência à incapacidade, dependência ou impossibilidade de aprendizagem, produzindo processos de invisibilidade pedagógica e social.

Simões, Vieira e Ghidini (2022) afirmam que muitos estudantes com deficiência múltipla continuam sendo percebidos a partir de um “olhar faltoso”, centrado exclusivamente em suas limitações. Essa perspectiva reduz expectativas pedagógicas e interfere diretamente nas oportunidades de participação escolar.

Os resultados evidenciam que o capacitismo manifesta-se de diferentes formas no cotidiano educacional:

- i. infantilização dos estudantes;
- ii. superproteção excessiva;
- iii. ausência de estímulo à autonomia;
- iv. baixa participação nas atividades coletivas;
- v. invisibilidade curricular;
- vi. limitação das experiências sociais;
- vii. descrédito em relação às possibilidades de aprendizagem.

Johann e Silva (2020) argumentam que essas práticas resultam de construções históricas que naturalizaram a exclusão das pessoas com deficiência dos espaços sociais e educacionais. Assim, mesmo diante dos avanços das políticas inclusivas, permanecem presentes mecanismos simbólicos de exclusão que dificultam a consolidação de culturas escolares democráticas.

Os estudos demonstram que as barreiras atitudinais produzem impactos profundos na permanência escolar. Estudantes submetidos a relações marcadas pela baixa expectativa pedagógica tendem a apresentar menor participação social, dificuldades de pertencimento institucional e limitação dos processos de aprendizagem.

Além disso, a literatura evidencia que a exclusão simbólica afeta diretamente a construção da autoestima, da autonomia e da identidade social dos estudantes com deficiência múltipla. Quando a escola não reconhece suas potencialidades, o processo educativo passa a reforçar desigualdades historicamente construídas.

Entretanto, os resultados também apontam que práticas fundamentadas na valorização da diversidade, no fortalecimento das relações colaborativas e no reconhecimento das singularidades dos estudantes favorecem significativamente os processos de inclusão escolar. A construção de culturas institucionais inclusivas depende da transformação coletiva das relações pedagógicas e sociais estabelecidas dentro da escola.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS, PERMANÊNCIA ESCOLAR E CONTRADIÇÕES DA INCLUSÃO

A quarta categoria analítica revelou que as políticas públicas inclusivas brasileiras produziram avanços importantes no acesso à escolarização, mas ainda apresentam limites relacionados à efetivação concreta do direito à educação inclusiva.

Os estudos analisados demonstram que houve crescimento significativo das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns nas últimas décadas, especialmente após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Contudo, conforme argumentam Rocha e Pletsch (2015), Mendes (2020), Pletsch e Souza (2021) e Costa e Versiani (2024), o aumento do acesso não foi acompanhado, na mesma proporção, pela garantia de permanência escolar com qualidade social.

Os resultados evidenciam que a inclusão escolar ainda ocorre de forma desigual e fragmentada. Muitas escolas recebem estudantes com deficiência múltipla sem condições estruturais, pedagógicas e humanas adequadas para garantir participação efetiva nos processos educativos.

Essa contradição demonstra que a democratização da educação não pode ser reduzida à ampliação do acesso formal à escola. A permanência escolar exige condições materiais, acessibilidade, suporte pedagógico, formação docente, articulação intersetorial e políticas públicas permanentes.

Os estudos analisados mostram ainda que a permanência escolar está diretamente relacionada à articulação entre educação, saúde e assistência social. Rocha (2025) destaca que muitos estudantes necessitam de atendimentos terapêuticos contínuos, suporte multiprofissional e acompanhamento especializado, o que exige integração entre diferentes políticas públicas.

Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aparece como importante estratégia de apoio à inclusão escolar. Entretanto, os resultados demonstram que sua efetividade depende da articulação com o ensino regular e da existência de práticas colaborativas entre os profissionais envolvidos.

Além disso, os estudos revelam que muitas políticas inclusivas ainda permanecem centradas em perspectivas burocráticas e normativas, sem enfrentar adequadamente as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional brasileiro.

Assim, os resultados desta pesquisa evidenciam que a inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla permanece em processo de construção e disputa no contexto brasileiro. Embora os avanços legais tenham sido significativos, persistem obstáculos estruturais, pedagógicos e culturais que limitam a efetivação plena do direito à educação.

Dessa forma, consolidar uma escola efetivamente inclusiva exige superar modelos educacionais homogêneos, fortalecer políticas públicas permanentes, investir na formação docente e construir práticas pedagógicas fundamentadas no reconhecimento da diversidade humana. Mais do que garantir matrícula, a inclusão escolar implica assegurar que todos os estudantes tenham condições reais de aprender, participar e desenvolver-se em condições de equidade social e educacional.

SÍNTESE ANALÍTICA DAS CATEGORIAS

A Análise de Conteúdo desenvolvida a partir das contribuições de Bardin (2016) permitiu identificar recorrências temáticas, núcleos de sentido e contradições presentes nas produções científicas analisadas acerca da inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla. A partir do processo de codificação temática e categorização do corpus, foi possível compreender que os desafios relacionados à inclusão escolar não decorrem exclusivamente das especificidades da deficiência múltipla, mas sobretudo das barreiras estruturais, pedagógicas, atitudinais e políticas produzidas historicamente pelo sistema educacional brasileiro.

A categoria analítica foi utilizada porque ela permite transformar um conjunto amplo e disperso de informações em eixos de interpretação científica, possibilitando responder ao problema e aos objetivos da pesquisa. Nesse sentido, elas emergiram da recorrência temática observada nas 82 produções científicas selecionadas, permitindo construção de interpretação crítica sobre os limites e possibilidades da educação inclusiva no contexto da deficiência múltipla. A análise revelou que, embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na garantia formal do direito à educação, persistem fragilidades estruturais que dificultam a consolidação de práticas escolares efetivamente inclusivas.

A primeira categoria, relacionada às barreiras estruturais e à acessibilidade escolar, evidenciou que a precarização das condições físicas e materiais das instituições educacionais constitui um dos principais obstáculos à permanência escolar dos estudantes com deficiência múltipla. Os estudos de Souza e Bringel (2023), Pletsch, Sá e Mendes (2021), Damasceno (2020) e Costa e Versiani (2024) demonstram que muitas escolas públicas brasileiras ainda não dispõem de condições mínimas de acessibilidade arquitetônica, tecnológica e comunicacional.

A recorrência dessa problemática no corpus investigado permitiu inferir que a exclusão escolar não se manifesta apenas por meio da ausência de matrícula, mas também pela limitação das condições de participação efetiva no cotidiano escolar. Nesse sentido, a análise revelou que estudantes com deficiência múltipla frequentemente permanecem submetidos a processos de exclusão institucional silenciosa, caracterizados pela dificuldade de acesso aos espaços físicos, recursos pedagógicos e experiências sociais da escola.

Além disso, os estudos demonstram que a ausência de investimentos públicos adequados compromete significativamente a implementação das políticas inclusivas. Conforme argumentam Costa e Versiani (2024), a insuficiência de financiamento educacional interfere diretamente na aquisição de tecnologias assistivas, adaptação dos espaços escolares e ampliação das redes de apoio especializado. Assim, foi possível inferir que a efetivação da inclusão escolar permanece condicionada às desigualdades estruturais históricas presentes na educação pública brasileira.

A segunda categoria, relacionada à formação docente e às práticas pedagógicas inclusivas, revelou que a fragilidade da formação inicial e continuada dos professores constitui um dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades de implementação da educação inclusiva no contexto da deficiência múltipla.

Os estudos de Tomé, Martins e Gimenez (2023), Vieira e Pletsch (2023), Zimmermann e Uhmman (2022) e Santos, Vernochi e Ottoni (2025) evidenciam que muitos docentes não receberam formação específica para atuar com estudantes público-alvo da Educação Especial, especialmente em situações que envolvem deficiência múltipla e necessidades complexas de aprendizagem.

A recorrência dessa discussão no corpus permitiu identificar que as práticas pedagógicas ainda permanecem fortemente organizadas a partir de modelos homogêneos de ensino, centrados na ideia de aluno padrão e em currículos rigidamente estruturados. Nesse contexto, estudantes com deficiência múltipla encontram maiores dificuldades de participação pedagógica, uma vez que os processos de ensino frequentemente desconsideram diferentes ritmos, linguagens e formas de aprendizagem.

A análise das produções científicas também revelou que muitos professores associam adaptação curricular à simplificação de conteúdos, sem reorganização efetiva das práticas pedagógicas. Conforme discutem Oliveira e Castro (2020), práticas inclusivas exigem flexibilização curricular, diversificação metodológica e construção de estratégias acessíveis capazes de garantir participação efetiva no processo de aprendizagem.

Além disso, foi possível inferir que a ausência de suporte institucional produz sentimentos de insegurança profissional e “paralisia pedagógica”, conceito discutido por Zimmermann e Uhlmann (2022) para descrever situações em que docentes deixam de desenvolver práticas inclusivas em razão da falta de formação, apoio técnico e condições adequadas de trabalho.

Por outro lado, os estudos analisados também apontam importantes possibilidades pedagógicas para fortalecimento da inclusão escolar. Estratégias como o Plano Educacional Individualizado (PEI), o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o ensino colaborativo e o uso de tecnologias assistivas aparecem recorrentemente como práticas capazes de ampliar a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência múltipla.

A terceira categoria, relacionada às barreiras atitudinais e à cultura escolar, revelou que o capacitismo continua sendo um dos principais mecanismos de exclusão presentes no contexto educacional.

Os estudos de Simões, Vieira e Ghidini (2022), Johann e Silva (2020) e Lunkes et al. (2024) evidenciam que muitos estudantes com deficiência múltipla ainda são percebidos a partir de perspectivas centradas exclusivamente em suas limitações. Esse “olhar faltoso”, conforme definido por Simões, Vieira e Ghidini (2022), produz invisibilidade pedagógica e reduz significativamente as expectativas sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento desses sujeitos.

A recorrência temática relacionada às barreiras atitudinais permitiu identificar que a exclusão escolar também ocorre em dimensões simbólicas e relacionais. Mesmo inseridos fisicamente na escola regular, muitos estudantes permanecem afastados dos processos efetivos de participação social, interação coletiva e construção do conhecimento.

Os estudos demonstram que práticas como infantilização, superproteção, baixa expectativa pedagógica e exclusão das atividades coletivas continuam presentes no cotidiano escolar, revelando permanências históricas de concepções capacitistas sobre deficiência. Nesse sentido, foi possível inferir que a inclusão escolar ainda enfrenta limites relacionados não apenas às condições materiais da escola, mas também às formas como a diferença é compreendida no interior das instituições educacionais.

Ao mesmo tempo, os resultados evidenciaram que práticas fundamentadas na valorização da diversidade, no fortalecimento das relações colaborativas e no reconhecimento das potencialidades dos estudantes contribuem significativamente para construção de culturas escolares mais inclusivas. A análise das produções permitiu compreender que a transformação das relações institucionais constitui elemento fundamental para a consolidação da educação inclusiva.

A quarta categoria, relacionada às políticas públicas e à permanência escolar, revelou importantes contradições presentes nas políticas educacionais inclusivas brasileiras.

Os estudos de Mendes (2020), Rocha e Pletsch (2015), Pletsch e Souza (2021), Costa e Versiani (2024) e Rocha (2025) demonstram que houve ampliação significativa do acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial às classes comuns do ensino regular, especialmente após a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Entretanto, a análise do corpus revelou que o aumento das matrículas não foi acompanhado, na mesma proporção, pela garantia de condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem. Essa contradição permitiu inferir que a inclusão escolar brasileira ainda se encontra fortemente centrada na dimensão do acesso formal à escola, sem enfrentamento pleno das desigualdades estruturais que limitam a efetivação do direito à educação.

Os estudos também evidenciaram que a permanência escolar de estudantes com deficiência múltipla depende da articulação entre diferentes políticas públicas, incluindo educação, saúde, assistência social e acessibilidade urbana. Rocha (2025) destaca que fatores relacionados ao transporte adaptado, acompanhamento terapêutico e suporte multiprofissional interferem diretamente na continuidade da trajetória escolar desses estudantes.

Nesse sentido, a análise permitiu compreender que a inclusão escolar não constitui responsabilidade exclusiva da escola, mas processo intersetorial que exige integração entre diferentes políticas sociais. A ausência dessa articulação amplia as dificuldades de permanência e contribui para processos de exclusão educacional.

Além disso, os estudos revelaram que muitas políticas inclusivas permanecem organizadas a partir de perspectivas burocráticas e normativas, sem garantir plenamente condições materiais, pedagógicas e institucionais necessárias para efetivação da inclusão escolar. Tal cenário evidencia a existência de distanciamento entre os avanços legais das políticas públicas e as condições concretas de funcionamento das escolas brasileiras.

A análise do corpus também possibilitou identificar importante lacuna científica relacionada à deficiência múltipla. Observou-se que, embora existam produções voltadas à educação inclusiva de maneira geral, ainda são reduzidos os estudos especificamente direcionados às experiências escolares de estudantes com deficiência múltipla, especialmente no que se refere à permanência escolar, às práticas pedagógicas inclusivas e às experiências exitosas de inclusão.

Esse silenciamento científico revela que a deficiência múltipla ainda ocupa lugar periférico nas pesquisas acadêmicas sobre educação inclusiva, contribuindo para a invisibilização das especificidades relacionadas a essa condição no contexto educacional brasileiro.

Dessa forma, a inferência analítica construída a partir da Análise de Conteúdo permitiu compreender que os desafios da inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla estão diretamente relacionados às desigualdades estruturais presentes na educação brasileira, à fragilidade das políticas públicas, à insuficiência da formação docente e à permanência de culturas escolares capacitistas.

Por outro lado, os estudos analisados também evidenciaram importantes possibilidades de transformação, especialmente relacionadas ao fortalecimento das políticas inclusivas, ampliação da acessibilidade, valorização da formação docente, desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis e construção de culturas escolares fundamentadas no reconhecimento da diversidade humana.

Assim, a análise das produções científicas revelou que a consolidação da inclusão escolar exige não apenas garantia formal do acesso à escola, mas transformação efetiva das estruturas institucionais, das práticas pedagógicas e das relações sociais produzidas no interior das instituições educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender que a inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla permanece como um dos maiores desafios da educação brasileira contemporânea, especialmente quando analisada para além do acesso formal à matrícula escolar. A partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), foi possível identificar que os discursos científicos analisados revelam importantes avanços legais e políticos relacionados à educação inclusiva, mas também evidenciam permanências históricas de exclusão estrutural, pedagógica e social que limitam a efetivação do direito à aprendizagem, à participação e à permanência escolar desses estudantes.

A análise das produções científicas selecionadas demonstrou que a deficiência múltipla ainda ocupa posição periférica dentro das discussões acadêmicas e das políticas educacionais inclusivas brasileiras. Embora os documentos legais tenham ampliado significativamente o reconhecimento do direito à educação das pessoas com deficiência, observou-se que as especificidades relacionadas à deficiência múltipla continuam pouco aprofundadas na literatura científica, nas práticas pedagógicas e nas estratégias institucionais de inclusão escolar.

Nesse sentido, foi possível inferir que a invisibilidade histórica das pessoas com deficiência múltipla ainda produz impactos significativos no contexto educacional. A recorrência temática observada no corpus revelou que muitos estudantes permanecem submetidos a processos de exclusão silenciosa, caracterizados não apenas pela ausência de acessibilidade física e pedagógica, mas também pela limitação das possibilidades de participação social, desenvolvimento da autonomia e construção do pertencimento escolar.

Os resultados evidenciaram que a escola brasileira ainda opera, em muitos contextos, a partir de estruturas organizacionais e curriculares fundamentadas em perspectivas homogêneas de ensino, incompatíveis com a diversidade humana presente nas salas de aula. Tal lógica produz profundas desigualdades educacionais para estudantes com deficiência múltipla, especialmente porque desconsidera diferentes ritmos, linguagens, formas de comunicação e modos de aprendizagem.

A análise permitiu compreender que a inclusão escolar continua marcada por uma contradição central: ao mesmo tempo em que as políticas públicas ampliaram o acesso à escola regular, persistem fragilidades estruturais que dificultam a consolidação de práticas efetivamente inclusivas. Assim, a democratização da educação ainda ocorre de forma parcial, pois o ingresso na escola não garante, necessariamente, participação pedagógica, aprendizagem significativa ou permanência em condições de equidade.

Nesse contexto, as barreiras estruturais identificadas ao longo da pesquisa demonstraram que a precarização da educação pública interfere diretamente na efetivação da inclusão escolar. A ausência de acessibilidade arquitetônica, recursos pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e suporte especializado evidencia que muitas instituições escolares ainda não foram reorganizadas para acolher a diversidade dos estudantes.

Além disso, os estudos analisados revelaram que a insuficiência de investimentos públicos compromete significativamente a implementação das políticas inclusivas. A fragilidade das condições materiais da escola pública brasileira limita não apenas a acessibilidade física, mas também o desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis e a construção de redes de apoio capazes de garantir permanência escolar efetiva.

Outro aspecto central evidenciado pela pesquisa refere-se à formação docente. As produções científicas analisadas demonstraram que muitos professores se sentem inseguros diante das demandas da deficiência múltipla, especialmente pela ausência de preparo específico durante a formação inicial e pela insuficiência das políticas de formação continuada.

Foi possível compreender que a fragilidade formativa não representa apenas limitação técnica, mas expressão de um modelo educacional historicamente construído a partir da homogeneização dos processos de ensino. Nesse cenário, estudantes que não correspondem aos padrões hegemônicos de aprendizagem tendem a ser marginalizados pedagogicamente, permanecendo à margem dos processos efetivos de construção do conhecimento.

Além disso, a análise revelou que muitos professores ainda associam a inclusão à simples presença física do estudante na sala de aula ou à redução de conteúdos curriculares. Essa perspectiva limita profundamente as possibilidades pedagógicas da educação inclusiva, pois desconsidera a necessidade de reorganização curricular, flexibilização metodológica e construção de práticas centradas nas singularidades dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, os resultados demonstraram que práticas pedagógicas fundamentadas na acessibilidade curricular, no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), no ensino colaborativo e no Plano Educacional Individualizado (PEI) apresentam potencial significativo para ampliação da participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência múltipla. Tais estratégias revelam que a inclusão escolar não depende exclusivamente das limitações dos sujeitos, mas das condições pedagógicas construídas pela escola.

Outro aspecto profundamente evidenciado pela pesquisa refere-se às barreiras atitudinais presentes no cotidiano escolar. A análise do corpus permitiu identificar que o capacitismo continua operando como importante mecanismo de exclusão educacional, manifestando-se por meio de práticas de infantilização, superproteção, invisibilidade pedagógica e baixa expectativa em relação às possibilidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência múltipla.

Nesse contexto, observou-se que a exclusão escolar não ocorre apenas em dimensões materiais ou estruturais, mas também nas formas simbólicas pelas quais a diferença é percebida no interior das instituições educacionais. Quando a deficiência é compreendida exclusivamente pela ótica da limitação, o estudante deixa de ser reconhecido como sujeito de direitos, de potencialidades e de produção de conhecimento.

A análise permitiu inferir que a permanência escolar está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento e reconhecimento social construído no ambiente educacional. Assim, estudantes submetidos a práticas excludentes ou a relações marcadas pela baixa expectativa pedagógica tendem a experimentar processos de invisibilidade que fragilizam sua participação escolar e social.

Os estudos analisados também evidenciaram importante contradição das políticas públicas inclusivas brasileiras. Embora a legislação nacional represente avanço significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, persistem fragilidades relacionadas à implementação concreta dessas políticas no cotidiano das escolas.

Foi possível compreender que muitas políticas inclusivas permanecem organizadas em perspectivas predominantemente normativas e burocráticas, sem garantir plenamente condições estruturais, pedagógicas e humanas necessárias para efetivação da inclusão escolar. Nesse sentido, a pesquisa revelou distanciamento significativo entre o discurso legal da inclusão e as condições concretas vivenciadas pelas escolas públicas brasileiras.

Além disso, a análise demonstrou que a permanência escolar de estudantes com deficiência múltipla depende da articulação entre diferentes políticas sociais, incluindo educação, saúde, assistência social e acessibilidade urbana. A ausência dessa integração intersetorial amplia processos de vulnerabilidade e dificulta a continuidade das trajetórias escolares desses estudantes.

Outro aspecto importante identificado ao longo da pesquisa refere-se ao silenciamento científico sobre a deficiência múltipla. Observou-se número reduzido de estudos voltados especificamente às experiências escolares desses estudantes, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas inclusivas, permanência escolar, avaliação da aprendizagem e protagonismo dos sujeitos.

Essa lacuna revela que a deficiência múltipla ainda ocupa lugar secundário dentro da produção acadêmica sobre educação inclusiva, contribuindo para a invisibilização das demandas específicas relacionadas a essa condição no contexto educacional brasileiro.

Dessa forma, conclui-se que a consolidação da inclusão escolar exige muito mais do que garantia legal de acesso à escola regular. Trata-se de processo político, pedagógico e social que demanda transformação profunda das estruturas institucionais, das práticas pedagógicas e das relações sociais produzidas no interior da escola.

Garantir a inclusão efetiva implica reconhecer que a diversidade humana deve constituir princípio organizador do currículo, das metodologias de ensino, das políticas públicas e das culturas escolares. Isso exige superação de modelos educacionais homogêneos e construção de práticas comprometidas com a participação, autonomia e aprendizagem de todos os estudantes.

Assim, a inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla não pode ser compreendida como ação assistencialista ou mera adequação técnica do ensino, mas como compromisso ético, político e social com a democratização da educação e com o reconhecimento da dignidade humana.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para ampliação das discussões acadêmicas sobre deficiência múltipla e educação inclusiva, fortalecendo reflexões críticas capazes de subsidiar práticas pedagógicas, políticas públicas e ações institucionais comprometidas com a construção de uma escola verdadeiramente democrática, acessível e socialmente inclusiva.

A partir das análises realizadas ao longo desta pesquisa, foi possível identificar não apenas os principais desafios e possibilidades relacionados à inclusão escolar de estudantes com deficiência múltipla, mas também importantes lacunas presentes na produção científica brasileira sobre a temática. Observou-se que, embora existam avanços significativos nas discussões acerca da educação inclusiva, ainda permanecem reduzidas as investigações voltadas especificamente às experiências escolares, às práticas pedagógicas e aos processos de permanência desses estudantes no ensino regular. Nesse sentido, torna-se necessário ampliar as produções acadêmicas sobre deficiência múltipla, especialmente por meio de pesquisas que aprofundem as dimensões pedagógicas, sociais, políticas e institucionais envolvidas na consolidação da inclusão escolar. Assim, apresentam-se, a seguir, algumas possibilidades de pesquisas futuras consideradas relevantes para o fortalecimento da área.

SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A análise das produções científicas selecionadas ao longo desta pesquisa permitiu identificar importantes lacunas teóricas, metodológicas e analíticas relacionadas à deficiência múltipla no contexto da educação inclusiva brasileira. Embora os estudos sobre inclusão escolar tenham se ampliado significativamente nas últimas décadas, observou-se que as investigações especificamente voltadas à deficiência múltipla ainda permanecem reduzidas, fragmentadas e concentradas em abordagens predominantemente normativas ou descritivas.

Nesse sentido, torna-se fundamental o desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem as especificidades da escolarização de estudantes com deficiência múltipla, especialmente no que se refere aos processos de permanência escolar, participação pedagógica, acessibilidade curricular e construção de práticas educacionais inclusivas. A literatura analisada evidenciou que grande parte das produções se concentra no debate sobre acesso à escola regular, enquanto permanecem pouco exploradas as experiências concretas vivenciadas pelos estudantes no cotidiano das instituições escolares.

Observou-se, ainda, limitada produção científica relacionada às trajetórias escolares de estudantes com deficiência múltipla nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no que diz respeito às relações entre aprendizagem, desenvolvimento da autonomia, comunicação alternativa, avaliação inclusiva e participação social. Tal lacuna demonstra a necessidade de investigações que ultrapassem análises centradas exclusivamente nas políticas públicas e avancem na compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas nos espaços escolares.

Além disso, verificou-se a necessidade de ampliação de pesquisas de campo, estudos etnográficos e investigações qualitativas que analisem as experiências concretas de inclusão escolar a partir das narrativas dos próprios estudantes, de suas famílias e dos profissionais envolvidos no processo educativo. Grande parte das produções identificadas possui caráter bibliográfico ou documental, evidenciando reduzida presença de estudos que contemplem o protagonismo dos sujeitos com deficiência múltipla em seus contextos reais de escolarização.

Também se identificou escassez de pesquisas relacionadas às práticas pedagógicas inclusivas voltadas especificamente à deficiência múltipla. Nesse contexto, futuras investigações poderão contribuir significativamente para compreensão das estratégias metodológicas, adaptações curriculares, tecnologias assistivas e recursos comunicacionais que favorecem os processos de participação e aprendizagem desses estudantes no ensino regular.

Outro aspecto que demanda aprofundamento científico refere-se à formação inicial e continuada de professores para atuação junto a estudantes com deficiência múltipla. Os estudos analisados demonstraram que a insuficiência da formação docente permanece como um dos principais desafios da inclusão escolar, revelando necessidade de pesquisas que investiguem os impactos das políticas formativas na organização das práticas pedagógicas inclusivas.

Da mesma forma, observou-se reduzida produção científica voltada à análise das barreiras atitudinais e das manifestações do capacitismo presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, novas investigações poderão contribuir para compreensão das relações entre preconceito, invisibilidade pedagógica, cultura escolar e permanência de práticas excludentes no interior das instituições educacionais.

Além disso, considera-se necessária a ampliação de estudos relacionados às políticas intersetoriais de inclusão, especialmente no que se refere à articulação entre educação, saúde, assistência social e acessibilidade urbana. A análise do corpus demonstrou que a permanência escolar de estudantes com deficiência múltipla depende diretamente da integração entre diferentes políticas públicas, aspecto ainda pouco aprofundado pela literatura acadêmica.

Outro elemento identificado refere-se à ausência de pesquisas que analisem as desigualdades regionais presentes nos processos de inclusão escolar no Brasil. Estudos futuros poderão contribuir para compreensão de como fatores econômicos, sociais e estruturais influenciam a implementação das políticas inclusivas em diferentes contextos educacionais do país.

Também se evidencia a necessidade de pesquisas interseccionais que articulem deficiência múltipla com marcadores sociais como classe social, raça, gênero e território, permitindo compreensão mais ampla das desigualdades educacionais vivenciadas por esses estudantes. A ausência dessas discussões limita a compreensão das múltiplas formas de exclusão que atravessam os processos de escolarização das pessoas com deficiência.

Além disso, futuras investigações poderão aprofundar estudos relacionados às experiências exitosas de inclusão escolar, identificando práticas pedagógicas, estratégias institucionais e políticas educacionais que contribuam efetivamente para ampliação da participação, aprendizagem e permanência escolar dos estudantes com deficiência múltipla.

Por fim, considera-se fundamental que as pesquisas futuras avancem para além das análises centradas exclusivamente no discurso legal da inclusão, buscando compreender criticamente os impactos concretos das políticas educacionais na vida escolar dos estudantes com deficiência múltipla. Assim, a ampliação das produções científicas sobre a temática poderá contribuir significativamente para fortalecimento da educação inclusiva e para construção de práticas pedagógicas, políticas públicas e culturas escolares comprometidas com a garantia do direito à educação, à aprendizagem e à participação social de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Hélio Beserra dos; **RODRIGUES**, Kleber Fernando. A inclusão da criança com deficiência no espaço da pré-escola. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 6, n. 2, p. 85-94, fev. 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. Breve histórico das políticas voltadas à educação especial no Brasil: o panorama atual e a ambiência pedagógica como estratégia de atuação. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 70-85, maio/ago. 2024.

BEZERRA, Zilclea Costa de Souza; **SANTOS**, Rosiane de Oliveira da Fonseca. Bases legais e definitórias para a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. [S. l.: s. n.], 2024.

BIANCARDI, Cristiane Cruz e Sousa; **LEAL**, Débora Araújo. Além dos obstáculos: acessibilidade e inclusão como pilares para a aprendizagem de alunos com deficiência. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 1820-1842, abr. 2024. DOI 10.51891/rease.v10i4.13770.

BITTENCOURT, Bethânia; **BITTENCOURT**, Fernanda Irene. O público-alvo da educação especial e a participação na escola pública: uma proposta para o exercício democrático. *Revista Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, v. 28, n. 58, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v28i58.5435>. Acesso em: 24 maio 2026.

BORGES, Ana Sara Tomé; **GARCÊS**, Bruno Pereira. Práticas educacionais e o uso da tecnologia assistiva (TA) para pessoas surdocegas. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 50, n. 1, p. 201-219, jan./abr. 2025. DOI 10.5216/ia.v50i1.78997.

BORGES, Bianca Costa; **LOURENÇO**, Gerusa Ferreira. Capacitação de parceiros de comunicação de alunos com necessidades complexas de comunicação no contexto escolar: uma revisão da literatura. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/68753>. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 jun. 2026.

BRASIL. [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015)]. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CARVALHO, Elizabete Aparecida de. CRAEDI: novas perspectivas para a educação das crianças com deficiência. Revista Educação Inclusiva e Especial, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.29380/2021.15.02.17>. Acesso em: 23 maio 2026.

COSME, Welson Severino; **OTTONI**, Rúbia Corrêa. Inclusão escolar e educação especial: o papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Projeto Político-Pedagógico. Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPIFIP, Aquidauana, v. 1, n. 17, p. 193-207, fev. 2025.

COSTA, Fernanda Cristina Corrêa da; **VERSIANI**, Fernanda. Inclusão de alunos com necessidades educacionais em escolas públicas: uma discussão teórica sobre a recursividade na relação entre indivíduo e estrutura social. Cadernos da Fucamp, v. 25, p. 99-116, 2024.

DAMASCENO, Luciana Lopes. A tecnologia assistiva e as possibilidades de intervenção pedagógica para alunos com deficiência. *In*: **CASTRO**, Antonilma Santos Almeida; **BASTOS**, Edinalma Rosa Oliveira; **SOUZA**, Zenilda Fonseca de Jesus (**org.**). Educação inclusiva: formação e experiências. Feira de Santana: UEFS Editora, 2020. p. 191-208.

DAROQUE, Samantha Camargo; **MARINS**, Kéren-Hapuque Cabral de. Panorama geral dos aspectos legais sobre as pessoas com deficiência múltipla sensorial (DMS) e surdocegueira. Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo, v. 21, n. 52, p. 27-46, 2022.

DE PAOLI, Joanna; **LIMA**, Loyane Guedes Santos; **RODRIGUES**, Maria de Lourdes Dias; **MACHADO**, Patrícia Fernandes Lootens. Cadê a inclusão das pessoas com deficiência na BNCC? A exclusão comeu!. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, 2023. DOI <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X70910>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 24 maio 2026.

FIGUEIREDO, Débora Nascimento. Educação inclusiva no ensino fundamental. Monumenta, Paraíso do Norte, PR, v. 3, n. 1, p. 76-89, set. 2021.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; **NOZU**, Washington Cesar Shoití; **MELETTI**, Silvia Márcia Ferreira. Estudantes da educação especial e o direito à escola. Revista Brasileira de Educação Básica, [S. l.], n. especial, p. 1-18, 2021.

HAAS, Clarissa; **RODRIGUES**, Eduarda Andréia Pedron. Deficiência intelectual e inclusão escolar: concepções, lócus e práticas de escolarização. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 22, p. 1-31, 2024.

HOSTINS, Regina Célia Linhares; **MANTOVANI**, Adriana Cristina Fanton. Intersetorialidade e direito à educação da pessoa com deficiência. Revista Teias, Rio

de Janeiro, v. 26, n. 82, e91245, jul./set. 2025. DOI 10.12957/teias.2025.91245. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2025.91245>. Acesso em: 23 maio 2026.

JOHANN, Tassia Daiane; **SILVA**, Silvia Sofia Scheid da. Deficiência: quem a tem? Caderno Humanidades em Perspectivas, v. 4, n. 9, p. 73-89, 2020.

LIMA, Maisa Moraes de; **ANDRADE**, Maria de Fátima Ramos de; **APARÍCIO**, Ana Silvia Moço. Inclusão de alunos com deficiência múltipla: a construção de estratégias pedagógicas. [S. l.: s. n., s. d.]. p. 220-221. Disponível em: arquivo:contexto_escolar.pdf.

LUNKES, Soleika Gorete *et al.* A inclusão no contexto familiar e educacional e seus desafios. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 10, n. 7, p. 2785-2799, jul. 2024. DOI 10.51891/rease.v10i7.15007.

MEER, Fábio Rodrigo; **SONZA**, Andréa Poletto. Inclusão escolar: conceitos, marcos legais e sujeitos de direito. [S. l.: s. n.], 2022.

MENDES, Wanessa de Souza Amaral; **BENÍCIO**, Edgard Ricardo. A importância das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual. 2022. Artigo científico – Instituto Federal Goiano, Campus Avançado de Hidrolândia – Polo Aparecida de Goiânia, Goiânia, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Janete Lopes; **MARCHI**, Rita de Cassia. Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 23 maio 2026.

NUNES, Isabel Matos; **FERNANDES**, Márcia Alessandra de Souza. Fragmentos de uma narrativa em curso sobre o profissional de apoio pedagógico na Educação Especial. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 29, n. 1, p. 177-194, 2022.

OLIVEIRA NETO, Eleuterio Conrado de; **OLIVEIRA**, Mariza da Gama Leite de. Deficiência intelectual: políticas e práticas educacionais na perspectiva histórico-cultural. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 326-335, 2022.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; **PRIETO**, Rosângela Gavioli. Formação de professores das salas de recursos multifuncionais e atuação com a diversidade do público-alvo da educação especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 26, n. 2, p. 343-360, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0186>. Acesso em: 23 maio 2026.

PAVEZI, Marilza; **BENITEZ**, Priscila; **CASAGRANDE**, Rosana de Castro. Educação inclusiva: pesquisas, políticas e práticas pedagógicas. *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-4, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em: 25 maio 2026.

PEREIRA, Josilene Domingues Santos; **OLIVEIRA**, Sabrina David de; **COSTA**, Maria da Piedade Resende da. Definições dos termos deficiência múltipla e deficiência múltipla sensorial: uma revisão sistemática em teses e dissertações brasileiras. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 153-175, jan./mar. 2021.

PINHEIRO, Antonio Anderson; **BATISTA**, Erica Boizan; **PEREIRA**, Glauber Márcio Silveira. Educação inclusiva no Brasil: uma análise da evolução histórica. *In: A pedagogia do sucesso: revisões, reflexões e relatos de experiências exitosas na educação*. [S. l.]: Editora Científica, 2024. p. 65-68.

PLETSCH, Marcia Denise; **ROCHA**, Maira Gomes de Souza da; **OLIVEIRA, Mariana** Corrêa Pitanga de. Propostas pedagógicas para alunos com deficiência intelectual e múltipla: análises de cenas do cotidiano escolar. *Revista de Educação*,

Ciência e Cultura, Canoas, v. 25, n. 1, p. 33-46, mar. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v25i1.6271>. Acesso em: maio 2026.

PLETSCH, Márcia Denise; **SILVA**, Stefhanny Nascimento Lobo e. Como o caso de ensino pode contribuir para o planejamento educacional inclusivo? Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 20, e24927, p. 1-16, 2025. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 25 maio 2026.

PLETSCH, Márcia Denise; **SOUZA**, Flávia Faissal de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1286-1306, maio 2021. DOI 10.21723/riaee.v16iesp2.15126.

REBELO, Andressa Santos; **PLETSCH**, Márcia Denise. O que revelam as políticas e os indicadores sobre a escolarização de alunos com deficiência múltipla no Brasil (1974-2021)? Revista Educação Especial, v. 36, e70980, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/70980>. Acesso em: 21 maio 2026.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa; **BARBOSA**, Daniela Alves de Lima. O ensino colaborativo e a educação inclusiva: aproximações com a inclusão escolar de alunos com deficiência. EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 7, p. 1467-1485, jan./dez. 2020. DOI 10.26568/2359-2087.2020.5111. Disponível em: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.5111>. Acesso em: 23 maio 2026.

RESENDE, Camila de Oliveira; **FLORES**, Layla Karoline Alves Teixeira;

RESENDE, Pauliane Rodrigues; **COSTA**, Vanderlei Balbino da. A inclusão escolar das pessoas com deficiências múltiplas na sala de aula comum. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 8454-8461, fev. 2020. DOI 10.34117/bjdv6n2-234. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22430>. Acesso em: 22 maio 2026.

RIBEIRO, Solange Lino; **SILVA**, Simone Costa da; **GOMES**, Vera Lucia. O plano educacional individualizado como instrumento de inclusão escolar. Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPPFIP, Aquidauana, v. 4, n. 16, p. 282-302, dez. 2024. Edição especial: Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial.

RIOS, Brenda Iolanda *et al.* Estresse e resiliência de pais e cuidadores de crianças com deficiência. Revista Revolua, v. 1, n. 1, p. 52-62, jul./set. 2022.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. A escolarização de estudantes com deficiência múltipla: atuação e formação docente na perspectiva inclusiva. Revista Artes de Educar, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: https://p16-flow-sign-sg.ubyteimg.com/ocean-cloud-tos_sg/pdf/b5335285e6efbe9b11d6a2e0986d30b4_0_1200.pdf. Acesso em: 22 maio 2026.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. Deficiência múltipla e escolarização: desafios e possibilidades. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 11., 2025, Maceió. Anais [...]. Maceió: Realize Editora, 2025. Disponível em: <https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/134816>.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. Tecnologias assistivas e sua contribuição para a aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 225-238, jan./abr. 2020.

ROCHA, Terezinha das Graças da; **PLETSCH**, Marcia Denise. Currículo e sentidos da escolarização de estudantes com deficiência: desafios e possibilidades para uma educação inclusiva. Revista Educação Online, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 112-130, maio/ago. 2025. DOI 10.26514/reo.v22i2.1961. Disponível em: <https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1961>. Acesso em: 28 abr. 2026.

ROSA, Josely Cristiane; **OLIVEIRA BRAZ**, André Luiz de; **SANTOS**, Pedro André dos. Metodologias ativas na educação especial: revisão crítica sobre desafios, potencialidades e caminhos ético-políticos para a formação docente. Revista

Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 112-130, mar. 2026. DOI 10.51891/rease.v12i3.24886. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24886>.

SANTOS, Ada Marinho dos; **ALVES**, Nátaly Marinho dos Santos. Adaptação curricular na aprendizagem das crianças com deficiência física. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 10, n. 5, p. 6479-6485, maio 2024. DOI 10.51891/rease.v10i5.18475.

SANTOS, Antonio Nacílio Sousa dos *et al.* Inclusão excludente – o abismo entre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a realidade da escolarização de estudantes com deficiência nas escolas públicas brasileiras. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Curitiba, v. 23, n. 4, p. 1-45, 2025. DOI 10.55905/oelv23n4-188.

SANTOS, Eliane da Silva Bezerra dos; **VERNOCHI**, Rozana Devina Moraes; **OTTONI**, Rubia Corrêa. Educação inclusiva: estratégias para promover o respeito e a inclusão de estudantes com deficiência. Revista Diálogos Interdisciplinares – GEFPFIP, Aquidauana, v. 1, n. 17, p. 46-61, fev. 2025.

SANTOS, Mayra Silva dos; **SILVA**, Érika Tatiane de Araújo; **LIPPE**, Eliza Marcia Oliveira. Reflexões sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) na educação inclusiva de alunos com deficiência. Revista Educação Inclusiva – REIN, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2025.

SAVIOLI, Mariane Della Coletta. Entendendo o público-alvo da educação especial: deficiência múltipla. [S. l.]: Netbil Educacional, [s. d.]. Disponível em: <https://www.netbil.com.br/>.

SERIGHELLI, Marco André; **ARALDI**, Mariana. A inclusão (exclusão) social dos alunos com deficiência em sala de aula. Revista Professare, Caçador, v. 10, n. 1, p. e2371, 2022.

SIÉBRA, Letícia Felix; **SOUZA**, Flávia Faissal de. Analisando as pesquisas sobre a escolarização de alunos com deficiências múltiplas. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 18., 2023, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: UFSCar, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/p/173638>.

SILVA, Maria Aparecida da; **COSTA**, João Pedro da. No modelo de educação inclusiva: princípios, fundamentos e práticas para a escola contemporânea. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 30, n. 2, p. 211-228, maio/ago. 2024. DOI 10.1590/1980-54702024v30e0126. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/9XyZ7F8qRb3Gv2JnKpLsMhN/?lang=pt>.

SILVA, Mariana Alves da; **SANTOS**, Carla Patrícia dos. Deficiência múltipla e escolarização: desafios e caminhos para a inclusão. *Revista Educação Especial e Inclusiva*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 45-62, jan./jun. 2023. DOI 10.59382/2526-0331.2023.8.1.004. Disponível em: <https://revistaeducacaoespecial.com.br/edicoes/v8n1/artigo3.pdf>.

SILVA, Sarah Gabriela Gurgel da; **LUCENA**, Nacyra Yiburi Fernandes de. Comunicação alternativa para alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino. *Ciência Atual*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 825-849, 2024.

SIMÕES, Renata Duarte; **VIEIRA**, Alexandro Braga; **GHIDINI**, Sabrina Selvatici Gomes. Olhares sobre o outro: impactos na inclusão de alunos com deficiência. *Interfaces da Educação*, Dourados, v. 13, n. 37, p. 147-164, jan./abr. 2022. DOI 10.26514/inter.v13i37.5996. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5996>.

SOUZA, Angélica Silva de; **OLIVEIRA**, Guilherme Saramago de; **ALVES**, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php>. Acesso em: 03 jun. 2026.

SOUZA, Fabiana Maria Barbosa de *et al.* Políticas e práticas governamentais em defesa dos direitos educacionais das pessoas com deficiência: avanços e

retrocessos ao longo dos séculos XX e XXI. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 12, n. 2, e0512239444, 2023.

SOUSA, Sidenise Estrelado; **ARAUJO**, Neemias Fraga Cunha. Uma proposta de sistematização da avaliação educacional para estudantes com deficiência intelectual e autismo. [S. l.: s. n.], 2023.

SOUZA, Cristiane Campagna de Barros *et al.* A inclusão escolar de alunos com deficiência múltipla e severa. *Revista Acadêmica Lusofonia*, [S. l.], [s. d.]. Disponível em:

https://p16-flow-sign-sg.ciciai.com/ocean-cloud-tos-sg/pdf/5849fcc195b4037c616e4a0ff9d1c525_0_1200.jpg. Acesso em: 21 maio 2026.

SOUZA, Michelli Carla de *et al.* Educação inclusiva no espaço escolar. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 313-320, nov. 2022. DOI 10.51891/rease.v8i11.7434. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i11.7434>. Acesso em: 27 maio 2026.

SOUZA, Suzana Alves Nogueira. Ressignificação das práticas pedagógicas para alunos com deficiência intelectual e/ou múltipla. *In: RIBEIRO*, Solange Lucas; **DUBOC**, Maria José Oliveira; **SOUZA**, Lucimêre Rodrigues de (org.). Políticas e práticas da educação inclusiva. Feira de Santana: UEFS Editora, 2020. p. 201-228.

SPECK, Raquel Angela. Desconstruindo o estudante padrão: repensando a educação para a inclusão. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 84, jan./mar. 2026. DOI 10.12957/teias.2026.92808.

TOMÉ, Adonis da Silva; **MARTINS**, Ida Carneiro; **GIMENEZ**, Roberto. Educação inclusiva e a relação família-escola: um panorama de duas décadas de produção de conhecimento. *Revista Diversidade e Educação*, Rio Grande, v. 11, n. 2, p. 560-588, 2023.

TORRES, Simone Monteiro. Os desafios de lidar com as deficiências múltiplas no cotidiano escolar. *Revista Educação Contemporânea – REC*, v. 2, n. 1, p. 113-126, 2025. DOI 10.5281/zenodo.14597708.

VALERIM, Daniela de Souza. Sentidos do vínculo docente na permanência escolar de estudantes com deficiência: uma análise a partir de práticas formativas. *International Integralize Scientific*, Florianópolis, v. 6, n. 56, fev. 2026.

VIEIRA, Maria do Socorro; **MATTOS**, Maria das Graças; **FERNANDES**, Ana Carolina. Inclusão da criança com deficiência múltipla no primeiro ano do ensino fundamental: desafios e possibilidades. *Revista GepesVida*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2024. DOI 10.5281/zenodo.10987654. Disponível em: <https://icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida/article/view/6612>.

VIEIRA, Sheila; **PLETSCH**, Márcia Denise. Desafios da Base Nacional Comum Curricular: a escolarização de estudantes com deficiência múltipla em análise. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA*, 15., 2026, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2026. Disponível em: <https://proceedings.science/p/173682?lang=pt-br>. Acesso em: 22 maio 2026.

VIUDES, Mateus Martins *et al.* História da educação especial no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 288-301, mar. 2025.

VIZZOTTO, Patrick Alves. Inclusão na educação básica brasileira: análise do censo escolar por meio dos microdados do INEP. *Ensaio Pedagógico*, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 102-112, jan./abr. 2020.

WEPLER, B. B. *et al.* Práticas docentes na deficiência múltipla na educação: investigação bibliográfica em plataformas de pesquisa no Brasil. Instituto Benjamin Constant, [2025]. Acesso em: 23 maio 2026.

APÊNDICE

Quadro de Revisão Bibliográfica

AUTOR(AS)	TÍTULO	ORIGEM	ANO	CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA
ANJOS, Hélio Beserra dos; RODRIGUES, Kleber Fernando	A inclusão da criança com deficiência no espaço da pré-escola	G.A	2022	Evidencia avanços legais na inclusão escolar, mas destacam dificuldades relacionadas à acessibilidade, formação docente e efetivação das políticas públicas inclusivas no cotidiano escolar.

BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos	Breve Histórico das Políticas Voltadas à Educação Especial No Brasil: O Panorama Atual e a Ambiência Pedagógica como Estratégia de Atuação	G.A	2024	Apresenta uma análise crítica das políticas públicas voltadas à inclusão, relacionando aspectos históricos, legislação educacional e os desafios da deficiência múltipla. O texto destaca a ambiência pedagógica como elemento importante para promover uma inclusão efetiva, defendendo mudanças estruturais, culturais e organizacionais no ambiente escolar.
BENTO, André Ferreira; PEREIRA, Patricia Kellen; PANISSON, Alison R.	Contextualizando Políticas Públicas e Acessibilidade – Uma Revisão de Literatura	G.A	2026	Realiza uma análise da literatura sobre as políticas públicas de acessibilidade no Brasil, evidenciando que, apesar da existência de uma base legal voltada à inclusão, ainda existem

				dificuldades para que essas medidas sejam efetivadas na prática. Além disso, aborda os diferentes tipos de acessibilidade e deficiência, destacando a importância da formação profissional, da atualização das legislações e da articulação entre ações públicas para garantir uma inclusão mais efetiva na sociedade.
BEZERRA, Zilclea Costa de Souza; SANTOS, Rosiane de Oliveira da Fonseca	Bases legais e definitórias para a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva	G.A	2024	Discute os aspectos legais, históricos e conceituais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), enfatizando a formação docente inicial e continuada na perspectiva da educação inclusiva
BIANCARDI, Cristiane Cruz e Sousa; LEAL, Débora Araújo	Além dos obstáculos: acessibilidade e inclusão como pilares para a aprendizagem de alunos com deficiência.	G.A	2024	Destaca-se que a acessibilidade e o desenho universal são fundamentais para garantir inclusão efetiva, autonomia e permanência dos estudantes com

				deficiência no ambiente escolar.
BITTENCOURT, Bethânia; BITTENCOURT, Fernanda Irene	O público-alvo da educação especial e a participação na escola pública: uma proposta para o exercício democrático	G.A	2024	Destaca a necessidade de ampliar a participação democrática dos estudantes com deficiência nos espaços escolares, defendendo acessibilidade, inclusão e combate às práticas capacitistas.
BORGES, Ana Sara Tomé; GARCÊS, Bruno Pereira	Políticas e práticas governamentais em defesa dos direitos educacionais das pessoas com deficiência – avanços e retrocessos ao longo dos séculos XX e XXI	G.A	2023	Apresenta um resgate histórico das ações governamentais, criação e extinção de órgãos voltados à educação especial no Brasil; analisa avanços e retrocessos nas políticas públicas, destaca marcos legais e a importância de manter a temática na estrutura do Estado para garantir direitos e fortalecer a educação inclusiva

CARVALHO, Elizabete Aparecida	CRAEDI: novas perspectivas para a educação das crianças com deficiência	G.A	2023	Destaca que práticas pedagógicas diversificadas e oficinas pedagógicas contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos com deficiência múltipla. Também evidencia a importância da neurociência no processo de aprendizagem e inclusão escolar.
COSME, Welson Severino; OTTONI, Rúbia Corrêa	Inclusão escolar e educação especial: o papel da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Projeto Político-Pedagógico	G.A	2025	Evidencia que a LDB e o PPP fortalecem a inclusão escolar, mas desafios como falta de formação docente, recursos insuficientes e barreiras culturais ainda dificultam a efetivação das políticas inclusivas.
COSTA, Fernanda Cristina Corrêa da; VERSIANI, Fernanda	Inclusão de alunos com necessidades educacionais em escolas públicas: uma discussão teórica sobre a recursividade na relação entre	G.A	2024	Destaca-se que a inclusão escolar depende da atuação conjunta entre Estado, escola e família. Aponta desafios como falta de recursos, formação

	indivíduo e estrutura social			docente insuficiente e necessidade de políticas públicas mais efetivas para garantir uma educação inclusiva de qualidade.
DAMASCENO, Luciana Lopes	A tecnologia assistiva e as possibilidades de intervenção pedagógica para alunos com deficiência	G.A	2025	Destaca que a Tecnologia Assistiva favorece a autonomia, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, além de enfatizar a importância do AEE, da acessibilidade e das estratégias pedagógicas inclusivas.
DAROQUE, Samantha Camargo; MARINS, Kéren-Hapuque Cabral de	Panorama geral dos aspectos legais sobre as pessoas com deficiência múltipla sensorial (DMS) e surdocegueira	G.A	2022	Evidencia fragilidades das políticas públicas inclusivas e a ausência de direcionamentos específicos para esse público

DE PAOLI, Joanna; LIMA, Loyane Guedes Santos; RODRIGUES, Maria de Lourdes Dias; MACHADO, Patrícia Fernandes Lootens	Cadê a inclusão das pessoas com deficiência na BNCC? A exclusão comeu!	G.A	2023	Contribui para compreender os limites das políticas curriculares inclusivas e evidencia a necessidade de práticas pedagógicas voltadas à inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar.
FERNANDES, Bibiana Vieira Mattos; LORENSET, Odimar	Inclusão da Criança com Deficiência Múltipla no Primeiro Ano do Ensino Fundamental: Desafios e Possibilidades	G.A	2024	Analisa a inclusão escolar com base em experiência prática; aponta como desafios a falta de materiais, recursos e formação docente; defende que acolhida, flexibilização curricular e uso de materiais adequados (como os sensoriais) tornam a inclusão possível; fundamenta a importância do trabalho coletivo e do respeito às diferenças para o desenvolvimento dos alunos.

FIGUEIREDO, Débora Nascimento	Educação inclusiva no ensino fundamental	G.A	2021	Evidencia os avanços das políticas públicas inclusivas no Brasil, destacando a importância da acessibilidade, da formação docente e da participação da família e da sociedade para garantir a efetividade da inclusão escolar.
GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha; NOZU, Washington Cesar Shoiti; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira	Estudantes da Educação Especial e o Direito à Escola	G.A	2021	Contribui para a compreensão das barreiras enfrentadas pelos estudantes da Educação Especial e da necessidade de políticas inclusivas, acessibilidade e formação docente para garantir o direito à educação.
HAAS, Clarissa; RODRIGUES, Eduarda Andréia Pedron	Deficiência intelectual e inclusão escolar: concepções, lócus e práticas de escolarização	G.A	2024	Contribui teoricamente para a compreensão da deficiência intelectual no contexto da educação inclusiva, discutindo as concepções históricas e sociais da deficiência e sua influência no lócus de escolarização

				dos estudantes. O artigo evidencia que a permanência de concepções médico-clínicas reforça práticas segregadoras e o empobrecimento curricular nas escolas especiais, enquanto a escola comum é apresentada como espaço de potencial formativo e de garantia do direito à aprendizagem. Além disso, o estudo destaca a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), do trabalho colaborativo entre professores e da formação docente para a efetivação da inclusão escolar. Também contribui ao analisar dados estatísticos sobre matrículas de estudantes com deficiência intelectual, demonstrando os desafios e avanços das políticas públicas inclusivas no Brasil.
--	--	--	--	--

HOSTINS, Regina Célia Linhares; MANTOVANI, Adriana Cristina Fanton	Intersetorialidade e direito à educação da pessoa com deficiência	G.A	2025	Evidencia que a articulação entre educação, saúde e assistência social fortalece a inclusão escolar e a garantia do direito à educação da pessoa com deficiência, destacando a intersetorialidade como estratégia essencial para a educação inclusiva.
JOHANN, Tassia Daiane; SILVA, Silvia Sofia Scheid da	Deficiência: quem a tem?	G.A	2020	Discute o conceito de deficiência no contexto histórico, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência e o papel da escola na inclusão social.
LIMA, Maisa Moraes de; ANDRADE, Maria de Fátima Ramos de; APARÍCIO, Ana Silvia Moço	Inclusão de alunos com deficiência múltipla: a construção de estratégias pedagógicas	G.A	2025	Aponta que a inclusão escolar ainda não está consolidada; investiga e valida como fundamentais estratégias como: adaptação curricular, trabalho coletivo, envolvimento da família, socialização e uso de tecnologias assistivas; defende que a escola deve

				se adaptar ao aluno, e não o contrário; embasa a importância de formação docente, recursos e reorganização do espaço para garantir acesso e permanência.
LUNKES, Soleika Gorete; COUTINHO, Diogenes José Gusmão; KURTZ, José Gilmar; ROCHA, Robervane Araujo; STAEL, Silvana Lamp; BONOLDI, Emanuelli Krackhecke; CAMARGO, Márcia Meire Fernandes; KLEIN, Erica Beathalter	A inclusão no contexto familiar e educacional e seus desafios	G.A	2024	Destaca a importância da participação da família, da formação docente e das políticas públicas para efetivação da educação inclusiva; evidencia que a inclusão escolar exige mudanças estruturais, pedagógicas e sociais.
MEER, Fábio Rodrigo; SONZA, Andréa Poletto	Inclusão escolar: conceitos, marcos legais e sujeitos de direito	G.A	2022	Destaca os desafios da inclusão escolar, enfatizando a necessidade de formação docente, adaptação curricular, acessibilidade e

				políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e demais necessidades educacionais específicas. Também evidencia que a inclusão depende da articulação entre escola, família e sociedade.
MENDES, Wanessa de Souza Amaral; BENÍCIO, Edgard Ricardo	A importância das práticas pedagógicas na inclusão de alunos com deficiência intelectual.	G.A	2022	Apona a importância da formação continuada dos professores e do uso do lúdico no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual
MONTEIRO, Janete Lopes; MARCHI, Rita de Cassia	Reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com deficiência intelectual.	G. A	2023	Evidencia que a inclusão escolar exige adaptações curriculares, estratégias pedagógicas diferenciadas e

				mediação docente para garantir a aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual. Destaca ainda que barreiras pedagógicas e atitudinais comprometem a acessibilidade simbólica e a efetiva inclusão escolar.
NUNES, Isabel Matos; FERNANDES, Márcia Alessandra de Souza	Fragmentos de uma narrativa em curso sobre o profissional de apoio pedagógico na Educação Especial.	G.A	2022	Evidencia a ausência de políticas públicas consolidadas para o profissional de apoio pedagógico, apontando fragilidades na regulamentação da função e impactos na escolarização de estudantes com deficiência múltipla.
OLIVEIRA NETO, Eleuterio Conrado; OLIVEIRA,	Deficiência Intelectual: Políticas e Práticas Educacionais na Perspectiva Histórico Cultural.	G.A	2025	Evidencia que a maioria dos professores não se sente preparada para atuar com

Mariza da Gama Leite de				todas as categorias do público-alvo da Educação Especial, destacando a necessidade de formação continuada, especialização específica e fortalecimento das políticas públicas inclusivas. Também aponta o distanciamento entre formação docente e exigências práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
PAVEZI, Marilza; BENITEZ, Priscila; CASAGRANDE, Rosana de Castro	Educação inclusiva: pesquisas, políticas e práticas pedagógicas	G.A	2021	Destaca a Educação Inclusiva como um paradigma multidimensional, enfatizando acessibilidade, formação docente, avaliação, inclusão escolar e práticas pedagógicas

				voltadas ao público-alvo da Educação Especial; contribui para compreender os desafios e possibilidades da inclusão escolar, especialmente relacionados às práticas pedagógicas, formação docente e atendimento aos estudantes com deficiência múltipla.
REBELO, A. S.; PLETSCH, M. D	O que revelam as políticas e os indicadores sobre a escolarização de alunos com deficiência múltipla no Brasil (1974-2021)?	G.A	2021	Analisa o cenário da educação especial entre 1974 e 2021, evidenciando que, embora haja um crescimento expressivo nas matrículas de alunos com deficiência múltipla no ensino regular, ainda persistem lacunas conceituais e normativas que comprometem a

				efetividade das políticas. Os autores demonstram que o percurso histórico é marcado por avanços e retrocessos, em que a responsabilidade pelo atendimento frequentemente deixa de ser uma obrigação do Estado e é transferida às famílias e à rede privada, além de apontar a fragilidade das ações intersetoriais necessárias para esse público.
RENDERS, E. C. C.; BARBOSA, D. A. L.	O ensino colaborativo e a educação inclusiva: aproximações com a inclusão escolar de alunos com deficiência.	G.A	2020	O ensino colaborativo vai além da atuação conjunta entre professor do ensino comum e professor do Atendimento Educacional Especializado

				(AEE), envolvendo também gestores, famílias e a comunidade escolar. Apontando que as práticas colaborativas configuram-se como uma didática específica, fundamental para eliminar barreiras e garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na escola regular. Ressaltando que a colaboração é um processo de aprendizagem mútua, em que os envolvidos ensinam e aprendem simultaneamente e destacando a necessidade de transformações na estrutura e na cultura escolar para efetivar a inclusão
--	--	--	--	---

RESENDE, Camila de Oliveira; FLORES, Layla Karoline Alves Teixeira; RESENDE, Pauliane Rodrigues; COSTA, Vanderlei Balbino da	A inclusão escolar das pessoas com deficiências múltiplas na sala de aula comum	G.A	2025	Destaca-se que a presença de estudantes com deficiência múltipla na sala comum ainda é reduzida e reforça a necessidade de formação docente, adaptação curricular e uso de tecnologias assistivas para promover inclusão e aprendizagem.
RIBEIRO, Solange Lino; SILVA, Simone Costa da; GOMES, Vera Lucia	O plano educacional individualizado como instrumento de inclusão escolar	G.A	2024	Demonstra que o PEI é fundamental para a inclusão escolar, porém ainda existem dificuldades na sua elaboração, ausência de regulamentação nacional específica e necessidade de maior formação continuada para os profissionais da educação especial.

RIOS, Brenda Iolanda et al.	Estresse e resiliência de pais e cuidadores de crianças com deficiência	G.A	2022	Evidenciou que famílias e cuidadores enfrentam barreiras sociais, emocionais e estruturais no cuidado de crianças com deficiência e destacou-se a necessidade de inclusão escolar, apoio psicológico e fortalecimento das políticas públicas voltadas à acessibilidade e suporte familiar.
ROCHA, Maíra Gomes de Souza da	Deficiência Múltipla e Escolarização: Desafios e Possibilidades	G.A	2025	Analisa o processo de escolarização sob a ótica da teoria histórico-cultural; aponta dificuldades de acesso, práticas pedagógicas pouco estruturadas e falta de trabalho colaborativo; defende a necessidade de apoios

				especializados, adaptações e articulação entre escola, família e saúde para garantir desenvolvimento e aprendizagem efetiva; discute também as dificuldades relacionadas à inclusão, à permanência na escola e às limitações das práticas pedagógicas, além de desafios na articulação entre profissionais, ressaltando apoio especializado e adaptações curriculares.
ROCHA, Maíra Gomes de Souza da	Tecnologias assistivas e sua contribuição para a aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências	G.A	2020	Evidenciou que as tecnologias assistivas e a comunicação alternativa favorecem os processos de ensino e

				aprendizagem, promovendo autonomia, inclusão e compensação das limitações motoras e comunicacionais dos estudantes com deficiência múltipla. Também destacou a necessidade de formação docente para atuação no AEE.
ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; ROCHA, Marcos Porto Freitas da	Currículo e sentidos da escolarização de estudantes com deficiência: desafios e possibilidades para uma educação inclusiva	G.A	2025	Fundamenta a discussão curricular sob a ótica da teoria histórico-cultural e do modelo biopsicossocial; defende a acessibilidade curricular, o Planejamento Educacional Individualizado e o Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégias

				centrais; ressalta que a escolarização deve garantir desenvolvimento e aprendizagem, não apenas acesso; articula legislação, princípios inclusivos e práticas pedagógicas para atender às especificidades do público-alvo da educação especial.
ROSA, Josely Cristiane; BRAZ, André Luiz de Oliveira; SANTOS, Pedro André dos	Metodologias Ativas na Educação Especial: Revisão Crítica sobre Desafios, Potencialidades e Caminhos Ético-Políticos para a Formação Docente	G.A	2026	Analisa criticamente a aplicação das metodologias ativas na Educação Especial, sob uma perspectiva ética, política e inclusiva; discute riscos de exclusão quando essas práticas não são bem planejadas ou mediadas; fundamenta a

				importância do Desenho Universal para a Aprendizagem, da acessibilidade, da avaliação formativa e da mediação docente qualificada; propõe caminhos para a formação inicial e continuada, articulando competências, condições institucionais e equidade digital para garantir que a inovação pedagógica se converta em direito e participação efetiva.
SANTOS, Ada Marinho dos; ALVES, Nátaly Marinho dos Santos	Adaptação curricular na aprendizagem das crianças com deficiência física.	G.A	2024	Destaca a importância das adaptações curriculares, acessibilidade, PEI e práticas inclusivas para promover a aprendizagem e

				inclusão escolar de alunos com deficiência física
SANTOS, Antonio Nacílio Sousa dos et a	Inclusão excludente – o abismo entre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a realidade da escolarização de estudantes com deficiência nas escolas públicas brasileiras.	G.A	2025	Evidencia que, apesar dos avanços legais da educação inclusiva, ainda persistem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a inclusão efetiva. Destaca a necessidade de formação docente, acessibilidade, equidade curricular e combate ao capacitismo institucional.
SANTOS, Eliane da Silva Bezerra dos; VERNACHI, Rozana Devina Moraes; OTTONI, Rubia Corrêa	Educação inclusiva: estratégias para promover o respeito e a inclusão de estudantes com deficiência.	G.A	2025	Destaca a importância da formação continuada dos professores, adaptações curriculares, tecnologias assistivas e fortalecimento das

				políticas públicas para garantir uma educação inclusiva de qualidade.
SANTOS, Mayra Silva dos; SILVA, Érika Tatiane de Araújo; LIPPE, Eliza Marcia Oliveira	Reflexões sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI) na educação inclusiva de alunos com deficiência	G.A	2025	Evidencia que o PEI é uma ferramenta essencial para garantir atendimento educacional adequado às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, promovendo inclusão, adaptação curricular, acessibilidade e desenvolvimento pedagógico.
SAVIOLI, Mariane Della Coletta	Entendendo o Público-Alvo da Educação Especial: Deficiência Múltipla	G.A	2023	Contribui para a compreensão das características da deficiência múltipla e da necessidade

				de estratégias pedagógicas, acessibilidade e formação docente para promover a inclusão escolar
SERIGHELLI, Marco André; ARALDI, Mariana	A inclusão (exclusão) social dos alunos com deficiência em sala de aula	G.A	2023	Evidencia que a inclusão escolar ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, estrutura escolar, preconceito e ausência de políticas públicas eficazes. Destaca também a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da cooperação entre professores e da valorização das diferenças no ambiente escolar.
				Fundamentado na teoria histórico-cultural, evidencia a pouca

SIÉBRA, Letícia Felix; SOUZA, Flávia Faissal de	Analisando as pesquisas sobre a escolarização de alunos com deficiências múltiplas.	G.A	2025	produção acadêmica voltada especificamente à deficiência múltipla. Defende a inclusão e a permanência desses estudantes na escola regular, destacando a importância de investimentos em recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e formação docente. Além disso, compreende que o desenvolvimento humano ocorre em todos os sujeitos, independentemente da deficiência, reforçando a necessidade de práticas educativas que priorizem as potencialidades e capacidades dos estudantes, e não apenas suas limitações.
--	--	------------	-------------	---

SILVA, Sarah Gabriela Gurgel da; LUCENA, Nacyra Yiburi Fernandes de	Comunicação alternativa para alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino.	G.A	2024	Destaca a importância da Comunicação Alternativa como recurso de acessibilidade comunicativa e inclusão escolar. Evidencia a necessidade de formação continuada dos professores, adaptação dos ambientes escolares e participação de toda a equipe pedagógica para garantir autonomia comunicativa e inclusão efetiva dos alunos com necessidades complexas de comunicação.
---	--	-----	------	---

SIMÕES, Renata Duarte; VIEIRA, Alexandro Braga; GHIDINI, Sabrina Selvatici Gomes	Olhares sobre o outro: impactos na inclusão de alunos com deficiência	G.A	2022	Contribui para compreender que a deficiência não deve ser vista como incapacidade, defendendo a aprendizagem e a inclusão escolar a partir da valorização das diferenças.
SOUZA, C. C. B.; ORZARI, L. G.; DAMETTO, P. M.; BONAFÉ, V. M. G.; OLIVEIRA, V. A. L.	A inclusão escolar de alunos com deficiência múltipla e severa	G.A	2025	Contribui teoricamente para os estudos sobre inclusão escolar ao ampliar as discussões acerca dos desafios e das possibilidades da escolarização de estudantes com deficiência múltipla no contexto da educação básica.
SOUZA, Damiana Calixto de; BRINGEL, Maricelia Felix Andrade	Educação Inclusiva: Principais Dificuldades no Processo de Ensino e Aprendizagem no Ambiente Escola	G.A	2022	Identifica e analisa os principais obstáculos para a inclusão escolar, como falta de formação docente,

				escassez de materiais pedagógicos, barreiras de acessibilidade e ausência de suporte especializado; fundamenta que a inclusão efetiva depende de mudanças estruturais, capacitação continuada, trabalho coletivo e adequação do espaço físico; ressalta a importância de políticas públicas que garantam acesso, permanência e aprendizagem de qualidade para alunos com deficiência.
--	--	--	--	--

SOUZA, Michelli Carla de; ARAUJO, Nubya Borges; BARBOSA, Geicile Gomes; SOUZA, Ellen Simone Alves de	Educação inclusiva no espaço escolar	G.A	2022	Destaca a inclusão como direito de todos, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, respeito às diferenças, formação docente e investimentos públicos para efetivação da inclusão escolar.
SOUZA, Suzana Alves Nogueira	Ressignificação das práticas pedagógicas para alunos com deficiência intelectual e/ou múltipla	G.A	2020	Evidenciou que a formação continuada contribui significativamente para a ressignificação das práticas pedagógicas, melhoria das estratégias de ensino, planejamento, avaliação e compreensão das especificidades dos alunos com deficiência

				intelectual e múltipla.
SOUSA, Fabiana Maria Barbosa de; LUSTOSA, Francisca Geny; FELIPE, Kelma de Freitas; SILVA, Maria Simone da Silva	Políticas e práticas governamentais em defesa dos direitos educacionais das pessoas com deficiência – avanços e retrocessos ao longo dos séculos XX e XXI	G.A	2023	Apresenta um resgate histórico das ações governamentais, criação e extinção de órgãos voltados à educação especial no Brasil; analisa avanços e retrocessos nas políticas públicas, destaca marcos legais e a importância de manter a temática na estrutura do Estado para garantir direitos e fortalecer a educação inclusiva.
SOUSA, Sidenise Estrelado; ARAUJO, Neemias Fraga Cunha	Uma proposta de sistematização da avaliação educacional para estudantes com deficiência intelectual e autismo	G.A	2023	Evidencia a necessidade de práticas avaliativas inclusivas, estruturadas e contínuas, considerando as potencialidades e necessidades específicas dos

				estudantes com deficiência intelectual e TEA.
SPECK, Raquel Angela	Desconstruindo o estudante padrão: repensando a educação para a inclusão	G.A	2026	Contribui para a compreensão da inclusão escolar ao defender a valorização da diversidade e a necessidade de transformação das práticas educacionais. Destaca que a inclusão deve ultrapassar o discurso e garantir participação efetiva de todos os estudantes. Também aborda a importância de romper com modelos segregacionistas, valorizando as diferenças humanas e combatendo preconceitos históricos relacionados às

				peças com deficiência.
TOMÉ, Adonis da Silva; MARTINS, Ida Carneiro; GIMENEZ, Roberto	Educação inclusiva e a relação família-escola: um panorama de duas décadas de produção de conhecimento	G.A	2023	Identificou dificuldades de comunicação entre família e escola, barreiras atitudinais, preconceitos e necessidade de maior aproximação e participação da família no processo inclusivo.
TORRES, Simone Monteiro	Os desafios de lidar com as deficiências múltiplas no cotidiano escolar.	G.A	2025	Evidencia a importância da formação docente, adaptação da infraestrutura escolar, comunicação eficiente e apoio emocional para promover uma educação inclusiva de qualidade.
VALERIM, Daniela de Souza	Sentidos do vínculo docente na permanência escolar de estudantes com deficiência: uma	G.A	2026	Demonstra que o vínculo docente é fundamental para a permanência

	análise a partir de práticas formativas.			escolar de estudantes com deficiência, sendo construído por meio da escuta, acompanhamento individualizado, adaptação curricular e práticas inclusivas. Evidencia ainda que a formação docente, o trabalho colaborativo e o Plano Educacional Individualizado (PEI) fortalecem a inclusão escolar e reduzem processos de evasão e exclusão.
VIEIRA, Sheila; PLETSCH, Márcia Denise	Desafios da Base Nacional Comum Curricular: a escolarização de estudantes com deficiência múltipla em análise	G.A	2023	Contribui para a demonstração que a implementação de um currículo inclusivo ainda enfrenta barreiras estruturais e pedagógicas, principalmente pela padronização curricular da

				BNCC. As autoras defendem a flexibilização curricular, o uso de estratégias pedagógicas inclusivas e a valorização das singularidades dos estudantes com deficiência múltipla. Também evidenciam a importância da participação das famílias, da formação docente e das políticas públicas para garantir a inclusão escolar efetiva.
VIUDES, Mateus Martins; SOUSA, André Cristovão; NARCISO, Evanira Francisca Lara; MENDONÇA, Elisangela da Hora; LEAL, Luciano Roberto da Silva; FÜRST,	História da Educação Especial no Brasil: uma Revisão de Literatura	G.A	2025	Contribuem para a discussão da trajetória histórica da Educação Especial no Brasil e as transformações nas concepções de deficiência e inclusão escolar.

Cristiane Vieira dos Santos; SOUSA, Winston Magno de; FRANÇA, Maria Silvia Almeida de Souza; DINIZ, Moniele de Fátima; CAETANO, Ailson				
VIZZOTTO, Patrick Alves	Inclusão na educação básica brasileira: análise do censo escolar por meio dos microdados do INEP	G.A	2022	Evidencia o crescimento da educação inclusiva no Brasil, destacando as principais deficiências identificadas, recursos de apoio mais utilizados e demandas do Atendimento Educacional Especializado (AEE).
WEPLER, Bárbara Braga; ARAÚJO, Ivan Finamore; OLIVEIRA, Maria do Socorro Fortes de; NASCIMENTO, Rayane Pereira	Práticas docentes na deficiência múltipla na educação: investigação bibliográfica em plataformas de pesquisa no Brasil.	G.A	2021	Identifica escassez de produção científica sobre o tema entre 2015 e 2020, especialmente sobre deficiência

do; OLIVEIRA, Renata Martins de				múltipla associada à visual, mostra queda de publicações após 2017, mesmo com políticas como a Lei Brasileira de Inclusão (2015), apontando falta de consenso conceitual e poucos estudos educacionais (maioria é da área da saúde), defendendo a formação continuada como essencial para práticas pedagógicas adequadas e individualizadas.
---------------------------------------	--	--	--	---

Fonte: Produzido pela própria Pesquisadora